

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2018**
**PREZADOS ACIONISTAS,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAЕ" ou "Companhia") submete à vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, e os relatórios do Comitê de Auditoria, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2017, salvo quando especificado de outra maneira.

**1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem trabalhado para alcançar a consolidação do seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando aperfeiçoar suas instalações e operações para adequá-las às suas receitas e atuar na redução de custos, gestão do fluxo de caixa, incremento de receita e desenvolvimento de novos negócios. O ano de 2018, o qual a EMAЕ completou 21 anos de existência, não foi diferente, além de ter alcançado resultados positivos, obteve avanços significativos em vários campos de atuação.

Nesse contexto, destacamos o resultado do primeiro ciclo de revisão tarifária das usinas sob o regime de cotas, cujo o principal efeito foi o ingresso de recursos para realização de melhorias nas usinas cotistas, por meio da parcela denominada GAG Melhorias. Por essa razão, a Receita Anual de Geração (RAG) das Usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, recebeu substancial incremento. A RAG consolidada para as Usinas sob a gestão da EMAЕ, para o ciclo julho de 2018 a junho de 2019, foi homologada em R\$ 345 milhões, representando o incremento de 129%.

No âmbito operacional, destacamos a conclusão da reforma completa da Usina Unidade nº 3 da Usina Geradora de Porto Góes, fato que contribuiu para a elevação da confiabilidade e disponibilidade da planta junto ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o recorde de geração na PCH Pirapora, disponibilizando ao SIN 11,72 MW médios, atendendo, dessa forma, ao indicador de geração exigido pela ANEEL para o ano. Outro ponto a ser destacado é a continuidade do arrendamento da UTE Piratininga, transação comercial celebrada entre a EMAЕ e a Baixada Santista Energia ("BSE"), e o contrato para prestação dos serviços de operação e manutenção da planta, que proporcionaram a geração de 92,71 MW médios para o SIN. Finalmente, foi feito o requerimento de registro de intenção de outorga junto à ANEEL, com objetivo de viabilizar a motorização da estrutura Edgard de Souza.

Nosso cuidado com as pessoas fica demonstrado, entre outros, pela aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) do novo plano EMAЕ CD, na modalidade Contribuição Definida, que será oferecida a colaboradores que ingressarem na Companhia. O novo plano está alinhado com o que há de mais moderno em previdência complementar brasileira. Com o fechamento do plano anterior para novos participantes, denominada PSAP EMAЕ, mitiga-se o risco de formação de novos passivos atuariais para a Companhia. No mesmo sentido, está a realização do concurso público para o preenchimento de 70 vagas para a área técnica, com objetivo de reposição do quadro para fazer frente às demandas regulatórias advindas da revisão tarifária, cujas contratações estão previstas para ocorrerem ao longo de 2019. Finalmente, podemos ressaltar aqui os resultados alcançados pela Universidade Corporativa EMAЕ, que registrou a dedicação de 12.798 horas para treinamento dos colaboradores.

Em continuidade à parceria para execução de projeto de desenvolvimento e construção de usina termelétrica na Zona Sul de São Paulo em área da EMAЕ, em 2018 foi iniciado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA RIMA), que irá subsidiar a solicitação de licença ambiental prévia. Esse projeto é objeto do contrato de investimento celebrado com a Gasen em 2017, visando à instalação de um complexo térmico com potência de até 1,20 GW.

Quando o assunto é meio ambiente, reforçamos, dia a dia, nosso compromisso com a atuação responsável, buscando incessantemente minimizar e, sempre que possível, eliminar os impactos ao meio em que nossas operações se desenvolvem. Nossos projetos de manutenção e expansão dos nossos ativos colocam a variável ambiental em primeiro lugar, de forma a produzir o mínimo impacto junto ao ambiente e às comunidades onde estamos inseridos.

Buscando continuamente as melhores práticas de Governança Corporativa, em 2018, foi implantado o Comitê de Auditoria Estatutário, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração e aprovada a Política para Contratação do Auditor Independente, visando à preservação da independência e da objetividade do auditor.

Aos nossos acionistas fica evidente que a cada ano a Companhia vem se consolidando, com a obtenção de resultados positivos nos últimos exercícios - R\$ 101,5 milhões em 2018 e R\$ 119,1 milhões em 2017 - os quais demonstram o cuidado e o zelo da Administração na condução dos negócios, refletindo a busca pelo justo retorno aos acionistas.

**2. A EMAЕ**
**Perfil Organizacional**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia ("EMAЕ" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, de direito privado, cujo controle acionário é exercido pelo Governo do Estado de São Paulo. Concessionária de serviços públicos de geração de energia elétrica tem o direito de explorar três aproveitamentos hidroelétricos no Estado de São Paulo.

O complexo hidroenergético operado pela Companhia está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden, cujas principais estruturas associadas são os reservatórios Billings e Pedras, o canal do rio Pinheiros, as usinas elevatórias de Traição e Pedreira e a Estrutura de Retiro. Fazem parte do parque gerador da Companhia duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. Todos esses aproveitamentos têm sua energia e potência integralmente contratadas no regime de cotas com as distribuidoras, nos termos da Lei 12.783/2013 e respectivos decretos regulamentadores.

A EMAЕ possui, também, uma subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. ("PIRAPORA"), detentora e respectora da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada.

**Ambiente econômico e regulatório**
**a. Macroeconomia**

No último quinquênio, a economia brasileira enfrentou um período de retração, mas a partir de 2018, o crescimento de 1,1% do PIB sinalizou tendência de recuperação da economia do país. A elevação do índice da atividade industrial, a redução dos indicadores de inadiquência e do desemprego, são fatores que, também, contribuem para o crescimento da atividade econômica e tem impacto direto na demanda por eletricidade, favorecendo o cenário para a expansão da matriz elétrica brasileira que, por sua vez, tem o potencial de aprimorar a viabilidade dos projetos da Companhia, como a instalação do parque termelétrico em sua área e a motorização da estrutura Edgard de Souza.

**b. Ambiente Regulatório**

No campo regulatório, 2018 foi um ano de intensos debates no setor elétrico. A ANEEL instaurou a 2ª fase da Audiência Pública (Audiência Pública nº 16/2017), iniciada em 2017, com vistas ao aprimoramento da metodologia para inclusão de adicional de receita para melhorias na RAG das UHEs que renovaram as concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013. A contribuição da EMAЕ procurou endossar a estabilidade das regras, aprimorar a metodologia para cálculo da GAG Melhorias e aprimoramentos para apuração do indicador de desempenho, Ajuste de Indisponibilidade (*A<sub>ij</sub>*). Do resultado da Audiência Pública, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018 com a RAG revisada para as Usinas cotistas.

Também merece destaque a publicação do Despacho nº 1.218, de 08 de junho de 2018, por meio do qual, a ANEEL determinou à EMAЕ e à Eletropaulo, atual ENEL, que celebrassem os Contratos de Conexão e Uso às instalações de distribuição, na condição híbrida, carga e geração, nas ocasiões em que utilizar o ponto de conexão para importar ou injetar energia elétrica na rede, referentes às Usinas Elevatórias de Pedreira e Traição. Os custos associados ao contrato são ressarcidos por meio da RAG do Complexo Henry Borden.

**c. Segmentos de Negócios**

A administração da Companhia gerencia seus negócios de forma consolidada, considerando as atividades da EMAЕ e de sua Controlada como um único segmento de negócio.

As principais fontes de receita da Companhia e sua Controlada são:

- Receita pela disponibilização de garantia física e potência de Usinas para o regime de cotas - RAG;
- Receita pelo fornecimento de eletricidade;
- Receita de construção de ativos; e,
- Prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de usinas e estruturas correlatas.

O principal segmento de mercado no qual a EMAЕ atua, disponibilização de ativos de geração de energia elétrica, não possui competição devido ao atual modelo regulatório adotado, no qual a remuneração da Companhia é feita por meio de uma tarifa determinada pela ANEEL, denominada Receita Anual de Geração - RAG, pela disponibilização de cotas de energia e potência. Já a controlada Pirapora, possui praticamente toda energia disponível comercializada, por meio de leilões regulados, pelo prazo de vigência da autorização.

No segmento prestação de serviço, dada a especificidade dos serviços prestados, a competição se torna pouco relevante. Os principais contratos são com a Petrobras S.A. (operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga, arrendada para a Baixada Santista Energia, subsidiária da Petrobras), Prefeitura do Município de São Paulo (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, no córrego Água Espraiada).

**d. Riscos do Negócio**

O principal risco do setor de geração de energia por fonte hidráulica decorre, majoritariamente, das condições hidrológicas do período, a qual provoca volatilidade de preços. Assim, ao aderir ao modelo de contratação de energia e potência no Regime de Cotas com as distribuidoras, esse risco foi repassado para as distribuidoras, deixando de impactar diretamente a Companhia. É importante ressaltar que a EMAЕ está sujeita ao atendimento do indicador de desempenho denominado Ajuste por Indisponibilidade (*A<sub>ij</sub>*), estabelecido pela ANEEL, vinculados à disponibilidade e desempenho operacional dos ativos de geração, os quais têm atendido os índices de referências estabelecidos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Usina	Índice Referência	Ciclo 2016/2017	Ciclo 2017/2018	Ciclo 2018/2019
Complexo Henry Borden (Indisponibilidade %)	< 10,13%	9,30%	10,07%	9,51%
Porto Góes (MW médio)	>=9,89	12,39	12,37	11,62
Rasgão (MW médio)	>=10,06	10,54	10,70	10,74

Já a Pirapora, por sua livre iniciativa, optou pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684, de 2015. A repactuação funciona como a contratação de um seguro, cujo prêmio a ser pago é a redução do preço, tendo como benefício a proteção contra flutuações hidrológicas que possam comprometer o fluxo de recebíveis, isto é, atender contra a sua garantia física. A cessão dos direitos e obrigações associados ao risco hidrológico perdurará até 3 de julho de 2038. (Nota Explicativa - 25.2)

**e. Ativos relevantes para o desenvolvimento das atividades**
**Parque Gerador - Características Físicas**

Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade	% Potência Instalada (MW)	% Garantia Física (MW Médios)	Início da Outorga	Vencimento da Outorga
<b>INTEGRAL</b>							
UHE Henry Borden	889,0	121,40	100%	92,53%	74,92%	01/01/2013	30/11/2042
UHE Porto Góes	24,8	11,63	100%	2,58%	7,18%	01/01/2013	30/11/2042
UHE Rasgão	22,0	11,84	100%	2,29%	7,30%	01/01/2013	30/11/2042
<b>SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO</b>							
PCH Pirapora	25,0	17,17	100%	2,60%	10,60%	24/06/2008	31/12/2044
<b>Total</b>	<b>960,8</b>	<b>162,04</b>	<b>100%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>		

**Quadro com as Principais Características das Barragens operadas pela EMAЕ**

ESTRUTURA	CARACTERÍSTICA	CLASSE DE RISCO	FISCALIZADA EM
Barragem do Rio Grande e Usina Elevatória de Pedreira (Complexo Henry Borden) Município: São Paulo/SP Capacidade: 395 m³/s	Dois maciços de terra, homogêneos e uma seção central de concreto	B	Julho/18  ANEEL
Barragem e Usina Elevatória de Traição (Complexo Henry Borden) Município: São Paulo Capacidade: 280 m³/s	Barragem de Concreto	C	Julho/18  ANEEL
Barragem do Reservatório de Guarapiranga (Complexo Henry Borden) Município: São Paulo/SP Capacidade: 190 milhões de m³	Barragem de Terra com Vertedouro em Concreto	B	Julho/18  ANEEL
Barragem do Rio das Pedras (Complexo Henry Borden) Município: Cubatão/SP Capacidade: 39 milhões de m³	Barragem de Concreto	B	Julho/18  ANEEL
Barragem de Pirapora Municípios: Santana do Parnaíba/SP e Pirapora do Bom Jesus/SP Volume: 69 milhões de m³	Barragem de Concreto	A (solicitada a reclassificação para classe B)	Setembro/18  ARSESP
Barragem de Rasgão Município: Pirapora do Bom Jesus/SP Capacidade: 5,5 milhões de m³	Barragem de Concreto	B	Outubro/18  ARSESP
Barragem de Porto Góes Município: Salto/SP Capacidade: 295 mil m³	Barragem de Alvenaria de Pedra	B	Outubro/18  ARSESP
Barragem de Retiro Município: São Paulo/SP Capacidade: 2.752.000,00 m³	Barragem de Concreto	C	Dezembro/18  ANEEL
Barragem Reguladora Billings-Pedra e Dique Sete Município: Cubatão/SP Capacidade: 962.791.000,00 m³	Terra homogênea / Enrocamento / Terra enrocamento	B	Outubro/18  ANEEL
Barragem Córrego da Cascata Município: Cubatão/SP Capacidade: 39.137.000,00 m³	Terra homogênea / Enrocamento / Terra enrocamento	B	Dezembro/18  ANEEL

**Legenda da Classificação de Risco**

Classe "A"	Categoria de Risco: Alto - Dano Potencial Associado: Alto
Classe "B"	Categoria de Risco: Médio ou Baixo - Dano Potencial Associado: Alto, Médio ou Baixo
Classe "C"	Categoria de Risco: Médio ou Baixo - Dano Potencial Associado: Médio ou Baixo

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo

**3. COMO NOS RELACIONAMOS**
**a. Com clientes e fornecedores**

Nosso relacionamento com clientes e fornecedores é pautado pela transparência e assertividade. Todos os processos de escolha dos fornecedores são públicos, de acordo com as leis 8.666/93 e 13.303/16, que regem esse tipo de processo, permitindo o acesso em condições de igualdade aos interessados. Nos contratos de serviços estão inseridas cláusulas que exigem dos fornecedores o respeito às pessoas, ao meio ambiente e adesão ao programa de integridade da Companhia.

**b. Com colaboradores**

Formada por um quadro de pessoal composto por 393 empregados com diversos graus de formação, em oito locais de trabalho, distribuídos em quatro municípios no Estado de São Paulo (São Paulo, Pirapora do Bom Jesus, Salto e Cubatão), a Companhia investe em treinamento, visando melhorar as performances profissional e organizacional, através do desenvolvimento de competências e habilidades, para que o conhecimento e o desempenho representem, ao mesmo tempo, um valor econômico à organização e um valor social ao indivíduo.

Ao longo de 2018, 12.798 horas foram dedicadas para treinamento por meio do programa da Universidade Corporativa da EMAЕ (UCE), ao reconhecer cada empregado como agente do processo de ensino-aprendizagem e estimular a partilha do saber teórico e prático e a experiência profissional e transformá-la em soluções que agreguem valor ao negócio da Companhia; (i) o oferecimento de bolsas de estudos para os colaboradores, além do incentivo e custeio da participação em seminários, palestras e treinamentos externos; (ii) a promoção da capacitação dos gestores de contratos para o desenvolvimento de habilidades de gerenciamento de projetos e contratos; (iii) a realização do projeto Líderar - Uma Jornada transformadora, a qual proporcionou ao corpo gerencial conhecimento e reflexão sobre as barreiras do processo de liderança e como superá-las, e (iv) a oportunidade dada a todos os colaboradores, por meio do projeto Vida - A arte de fazer escolhas, de despertar o senso de protagonismo e propósito, de compreender a necessidade de responsabilidade de cada um, de germinar o autoconhecimento e a autoperccepção de forças de caráter e valores.

Em caráter permanente, a Companhia desenvolve ações, com postura preventiva e vigilante, que assegurem o bem-estar e a proteção, com o adequado engajamento nas práticas de segurança e preservação da saúde. Oferece atendimento e apoio médico e social sempre que necessário; realiza exames periódicos; toma as medidas necessárias para preservar a integridade física e mental, conscientizando sobre a importância de prevenir doenças e acidentes.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) são atuantes e possuem subcomissões que analisam e propõem medidas corretivas para os acidentes que ocorrem, com ou sem lesão; avaliam as situações de risco e inspecionam os equipamentos de transporte e as condições ambientais e de trabalho, propondo as melhorias necessárias.

Anualmente, acontece a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), com programação em três unidades da Companhia e intensa participação de colaboradores da EMAЕ e de empresas prestadoras de serviços.

Com 966 participantes e 2.898 horas de treinamento, a Integração de Segurança do Trabalho, ação baseada na legislação de segurança vigente no país e nas normas e procedimentos internos da EMAЕ, é digna de nota, por se destinar a orientar os prestadores de serviços antes do início dos serviços sobre os riscos existentes nas atividades e locais de trabalho da Companhia, para, desta forma, evitar a ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais.

Encontra-se em processo de planejamento o Sistema de Gestão Integrada de Saúde Ocupacional (SGSSO), o qual terá como objetivo primordial promover uma cultura empresarial sólida de saúde e segurança, por meio do estabelecimento de ações a serem implantadas e rigorosamente cumpridas por toda a força de trabalho, de forma a assegurar a sua efetiva incorporação ao sistema produtivo e a plena aplicação das práticas e medidas preventivas e protetivas destinadas a garantir um ambiente saudável e seguro.

**c. Com a comunidade e o meio ambiente**

O desenvolvimento das atividades da Companhia tem como premissa garantir a inserção das variáveis ambientais nos processos da Companhia, perseguindo a compatibilização das atividades produtivas com a preservação e conservação do meio ambiente, buscando uma atuação pautada em princípios de qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável, assegurando que a EMAЕ obtenha o reconhecimento público dos seus compromissos e das suas responsabilidades socioambientais.

Com base nesses princípios, a EMAЕ desenvolve e implanta programas socioambientais incentivando a conservação ambiental e o exercício da cidadania. A Companhia também busca soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, incorporando a conservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e, quando possível, eliminando impactos ambientais negativos.

Além dos programas institucionais (coleta seletiva, coleta de óleo comestível usado e coleta de filme radiográfico), a EMAЕ deu continuidade aos programas de gerenciamento de resíduos como, por exemplo, óleos isolante e lubrificante, lâmpadas contendo vapor de mercúrio, pneumas etc., e de logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Merecem destaque no ano o Desenvolvimento de Estudos de Dispersão Atmosférica para a implantação de usinas termelétricas na área da sede da EMAЕ e UHE Henry Borden e o contrato para destinação adequada de transformadores contaminados com Bifenilas Policloradas (PCBs). Também cabe ressaltar o plantio de mudas nativas para recuperação ambiental de área reintegrada junto ao reservatório Billings, a caracterização de material de dragagem do Canal Pinheiros Superior e Inferior, conforme a licença ambiental das atividades de manutenção do Canal do Rio Pinheiros.

Com o objetivo de colaborar com a preservação dos mananciais, mantem em aberto com os órgãos ambientais, canais de comunicação formais e informais que permitem maior agilidade nas ações de controle da degradação do meio ambiente, nas bacias Billings e Guarapiranga, executando ações socioambientais que impeçam novas invasões e o uso mais coerente com os princípios da preservação. Nesse sentido, a Companhia atua em várias frentes com a disponibilização de áreas, por meio de instrumentos formais, e apoio logístico para a implantação de parques públicos junto às margens dos reservatórios sob sua concessão e a implantação de projetos ambientais.

Da mesma forma, colabora com a implantação de projetos de saneamento que propiciam a operação de redes coletoras, de afastamento e estações elevatórias de esgoto, o que implica diretamente no saneamento das bacias Billings e Guarapiranga. Na busca da harmonização com a comunidade, a Companhia desenvolve e implanta programas de inserção socioambientais e de projetos sociais - fomentando a capacitação das populações do entorno das suas unidades operacionais, além de receber visitas técnicas para capacitação de cursos afetos a geração de energia elétrica e gestão de recursos hídricos.

Importante salientar, que a EMAЕ é responsável pela operação e manutenção de várias estruturas hidráulicas que possibilitam a existência desses reservatórios em áreas vitais da Região Metropolitana de São Paulo, isso viabiliza os usos múltiplos da água, a preservação estratégica de suas águas, em especial nos períodos de criticidade hídrica, com conexões que possibilita a transferência dessas águas prioritariamente para o abastecimento público, o controle de cheias, a geração de energia elétrica e lazer, cumprindo seu compromisso social, a despeito de todas as dificuldades de caráter ambiental e técnico operacional de um centro urbano.

**d. Com nossos acionistas e investidores**

O relacionamento com acionistas, investidores e mercado é pautado pela transparência, tempestividade, simetria de informação, equidade de tratamento e respeito aos direitos de investidores.

A EMAЕ possui, como principal canal de relação com esse público o site de Relação com Investidores ([www.emae.com.br/ri/](http://www.emae.com.br/ri/)), dedicado exclusivamente à divulgação de informações periódicas e eventuais, conforme diretrizes das Instruções 358, 480 e 481 da Comissão de Valores Mobiliários.

**4. NOSSO DESEMPENHO OPERACIONAL**
**a. Participação no Mercado**

Os aproveitamentos hidroelétricos concedidos à Companhia, somados à PCH Pirapora, totalizavam, em dezembro de 2018, 960,8 MW de potência instalada. A participação no mercado corresponde a cerca de 0,59% da capacidade instalada no Brasil.

**b. Histórico de Geração**

Usinas	2018	2017	2016
Henry Borden*	57,54	107,66	102,60
Porto Góes	11,18	7,98	11,60
Rasgão	10,40	12,15	12,90
Pirapora	11,72	9,14	1,70
<b>Total</b>	<b>90,84</b>	<b>136,93</b>	<b>128,80</b>

\*Em função das características técnicas da UHE Henry Borden, a quantidade de energia elétrica gerada pela Usina é determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

**c. Receita com Geração de Energia (em milhares de reais)**

A Receita Anual de Geração (RAG + Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos + Tributos), homologada pela ANEEL e paga em parcelas mensais pelos Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência (CCGFs) das usinas são:

Usinas	2018	2017	2016
Henry Borden	262.461	157.404	162.635
Porto Góes	8.743	5.695	7.120
Rasgão	7.127	6.502	6.228
<b>Total</b>	<b>278.331</b>	<b>169.601</b>	<b>175.983</b>

As usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes passaram a ser remuneradas por tarifa, a partir de 1º de janeiro de 2013, pela contratação de energia e potência no Regime de Cotas com as distribuidoras, no ambiente de contratação regulado - ACR.

**Faturamento bruto com energia EMAЕ / PESA - 2018**

	R\$ Mil
RAG + CFURH + Tributos	277.240
ACR - Contratos no Ambiente de Contratação Regulado - PIRAPORA	34.207
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - EMAЕ	311
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - PIRAPORA	523
<b>Total</b>	<b>312.281</b>

**5. NOSSO DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

**a. Receita Líquida**

No exercício de 2018 a Receita Líquida da EMAЕ aumentou significativamente, decorrente dos acréscimos de 63,5% com Cotas de energia e de 84,0% na Renda de prestações de serviços. O aumento nas Cotas de energia elétrica reflete o resultado da revisão tarifária ocorrido em julho de 2018, principalmente pelo ingresso de recursos destinados às melhorias das usinas sob sua gestão, denominados GAG Melhorias. A renda com prestação de serviços cresceu devido, basicamente, ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga. Em 2018 a EMAЕ auferiu receita de R\$ 29,6 milhões com o referido contrato (R\$ 14,1 milhões em 2017). (Nota explicativa 21).

**b. Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Gerais e Administrativas.**

Dentre os principais Custos e Despesas, cabe destacar a redução em 2018 de 13,0% verificada no total dos gastos com Pessoal, refletindo a efetividade financeira com a redução gradativa do quadro de empregados, nos últimos exercícios. Em contrapartida, no custo do serviço de energia elétrica, destaca-se o aumento vinculado ao uso da rede elétrica que passou de R\$ 4,6 milhões em 2017 para R\$ 18,7 milhões em 2018, decorrente do início dos contratos de consumo de energia das Usinas Elevatórias de Traição e Pedreira, vigentes a partir da revisão tarifária de julho de 2018. Ressalte-se que os valores pagos pela EMAЕ, são repassados via RAG do Complexo Henry Borden. Outro destaque entre os custos dos serviços de energia elétrica, que também surgiu no âmbito da revisão tarifária de 2018, é a Provisão da GAG Melhorias no montante de R\$ 70,9 milhões, destinada à realização de investimentos nas usinas cotistas (Nota Explicativa 22).

**c. Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro de 2018 foi de 68,2% superior ao obtido em 2017, destacando-se a atualização monetária do contrato de arrendamento da UTE Piratininga (R\$ 49,9 milhões em 2018 e R\$ 16,6 milhões em 2017), indicado pelo IGP-M, que em 2018, variou 7,55% e 1,9% em 2017. O Acordo firmado com a SABESP em 2017 contribuiu, também, da forma relevante para o Resultado Financeiro de 2018. Assim, entre juros e atualização monetária o Acordo contribuiu com o Resultado Financeiro em R\$ 11,7 milhões (R\$ 4,7 milhões em 2017).

**d. Outras Receitas e Despesas**

Em 2018 o expressivo resultado líquido positivo ocorreu devido, basicamente, ao registro da receita, a valor presente, do Acordo firmado com a Sabesp, no montante de R\$ 123,8 milhões. O resultado negativo apurado em 2018, de R\$ 20,3 milhões, ocorreu pela baixa por obsolescência de bens vinculados à estrutura da antiga Usina Edgard de Souza.

**e. Valor Adicionado**

A variação negativa de 51% no Valor Adicionado no exercício de 2018 reflete, sobretudo, o efeito a receita relativa ao acordo com a Sabesp lançado na rubrica *Outras Receitas* em 2017. Assim, a riqueza foi percentualmente distribuída da seguinte forma:

Parte Interessada	2018	2017
Capital Próprio	48,25%	37,50%
Governo	26,92%	31,40%
Colaboradores	21,44%	29,40%
Capital de Terceiros	3,39%	1,70%

**f. Endividamento**

A EMAЕ, em 2018, não recorreu ao mercado financeiro para obtenção de recursos para financiar suas atividades. Assim, permanecem como principais credores da Companhia a Fundação Cesp, R\$ 131,6 milhões (Saldo da dívida e Ajust

**6. NOSSO FUTURO**
**a. Novos negócios**

A EMAE continua trabalhando para o desenvolvimento e implantação de novos negócios. Em 15 de março de 2018, foi assinado o Contrato de Constituição de Consórcio entre EMAE e GASEN em parceria com a SIEMENS, para instalação de termelétrica a gás na área da sede da Companhia. A EMAE fornecerá a infraestrutura local com terreno, facilidade de conexão ao gasoduto e com a rede de alta tensão, além de se responsabilizar pelo licenciamento ambiental do empreendimento. O projeto está inserido na Chamada Pública nº 1/2015 - Implantação e exploração de usina termelétrica a gás natural em área da EMAE com potência total de até 2.000 megawatts. Na chamada, foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen e AES Tietê. O processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo conduzido pela EMAE (Nota Explicativa - 1).

Destaque também para processo de requerimento de Intenção de Outorga em trânsito na ANEEL, visando à obtenção de autorização como Produtor Independente de Energia. Nos moldes da Resolução Normativa nº 673/2015, a ANEEL disponibilizará o eixo para concorrência. A EMAE possui direito legal de preferência, visto ser proprietária das terras e ser desenvolvedora do inventário. A Companhia continua acompanhando o estudo, em conjunto com o Departamento Hidroviário - DH, de integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia. Dentro desse trabalho, formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, o qual foi aceito, permitindo o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

**b. Investimentos**

Com o objetivo de manter a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos e visando compatibilizar as necessidades de investimentos, a EMAE investiu no exercício de 2018, recursos próprios da ordem de R\$ 14,1 milhões nas suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

**c. Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")**

Por força da lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e suas alterações, a EMAE aplica 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Por esta razão, desde o início do programa (setembro de 2004) até dezembro/2018, a Companhia destinou cerca de R\$ 23,5 milhões em P&D, dos quais R\$ 9,4 milhões para conta de desenvolvimento de projetos, R\$ 9,4 milhões em taxas para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e R\$ 4,7 milhões em taxas para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial.

No exercício de 2018, foi dada continuidade aos quatro projetos da chamada pública realizada em 2016 e iniciados dois projetos captados na Chamada Pública de 2017, conforme relação abaixo:

Projetos em andamento: Análise Preditiva baseada em Inteligência Artificial para Sistemas Supervisórios de Usinas Hidrelétricas; Análise da variabilidade solarimétrica e redução da vida útil de sistemas fotovoltaicos em locais insólitos: estudo de caso na região do Tietê; Influência da Comunidade Vegetal em Áreas Recobertas por Emulsão Asfáltica: Estudo de Caso da Usina Henry Borden (UHB) - EMAE, e; Impacto ambiental na água do reservatório Billings/SP no controle do crescimento de plantas aquáticas.

Projetos iniciados: Plataforma de monitoramento hidroambiental multiuso, e; Aplicação de Nanobolhas de Gás para verificação do comportamento da taxa de sedimentação e de lodo bem como sua influência na desempenho de máquinas e equipamento de bombeamento - Estudo de Caso no Canal do Rio Pinheiros.

**7. GOVERNANÇA**

A EMAE adota um modelo de governança no qual o direcionamento estratégico da Companhia é feito pelo Conselho de Administração (CA) responsável também pelo acompanhamento dos planos, programas, projetos e do orçamento aprovado. Em 2018, o CA era composto por dez membros, sendo dois deles independentes, um eleito pelos acionistas preferencialistas e um eleito pelos empregados, nos termos do Estatuto Social da Companhia. A Diretoria, composta por quatro membros, é o órgão da administração responsável pela gestão operacional da Companhia. A EMAE conta ainda com um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, com cinco membros titulares - sendo um deles eleito pelos acionistas preferencialistas -, um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, eleito em 2017, e um Comitê de Auditoria, implantado em 2018, ambos nos termos da Lei 13.303/2016.

A Companhia conta, também, com auditoria interna e externa, esta última realizada por auditor independente, sujeito a rotatividade estabelecida nos termos da Instrução CVM nº 308/99, e uma área de relações com investidores.

A EMAE possui como seus principais instrumentos de governança seu Estatuto Social, Políticas de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante, de Distribuição de Dividendos e de Transações com Partes Relacionadas. Em 2018, o CA aprovou a Política para Contratação do Auditor Independente para a realização de outros serviços, que visa preservar a independência e objetividade do auditor.

**8. MERCADO DE CAPITAIS**
**a. Composição Acionária**

A EMAE possui uma base acionária composta por mais de 29 mil acionistas, sendo as ações divididas em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. Os dez maiores acionistas da EMAE detêm 93,94% do capital da Companhia. (Nota Explicativa - 20.1)

**b. Ações**

As ações preferenciais da Companhia (EMAE4) encerraram o ano cotadas a R\$ 18,27, representando uma valorização de 100,77% no exercício. No mesmo período, o Ibovespa valorizou 15,03% e o Índice de Energia Elétrica (IEE), setor no qual atuamos, valorizou 24,00%. Em 2018, os dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio do exercício totalizaram R\$ 0,80 por ação preferencial, representando o *dividend yield* 4,38% por EMAE4. (Notas Explicativas - 20.2 e 20.4)

**c. Dividendos**

O Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas que, do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem da percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias.

A Companhia distribuiu, em 2018, o montante de R\$ 33.280 em dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, pago em 30 de novembro de 2018, além de declarar o pagamento dos juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 20.469, que foram pagos em 05 de fevereiro de 2019. Ao final do exercício 2018, registrou lucro líquido consolidado de R\$ 101.517, do qual, após a constituição de reservas, a administração propõe a distribuição aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório disposto no Estatuto Social, acrescido da parcela de reservas de lucros a realizar de exercícios anteriores realizado nesse exercício, no montante de R\$ 29.557. (Nota Explicativa - 20.4)

**d. Valor Patrimonial por Ações**

Em 31 de dezembro de 2018 o Valor Patrimonial por Ação da Companhia era de R\$ 23,52 (vinte e três reais e cinquenta e dois centavos).

**9. BALANÇO SOCIAL**
**Base de Cálculo**

	2018			2017		
	R\$ Mil	% sobre	RL	R\$ Mil	% sobre	RL
Receita Líquida Consolidada (RL)	316.417			209.510		
Resultado Operacional Consolidado (RO)	21.645			(17.645)		
Folha de Pagamento Bruta Consolidada (FPB)	93.793			107.072		
<b>Total</b>	<b>42.071</b>	<b>13,30</b>	<b>56.278</b>	<b>52,56</b>	<b>26,86</b>	

**Indicadores Sociais Internos**

	2018			2017		
	R\$ Mil	FPB	RL	R\$ Mil	FPB	RL
Alimentação	4.468	4,76	1,41	4.460	4,17	2,13
Encargos Sociais Compulsórios	16.841	17,96	5,32	23.222	21,69	11,08
Entidade de Previdência a Empregados	9.666	10,31	3,05	14.961	13,97	7,14
Saúde	10.216	10,89	3,23	13.193	12,32	6,30
Capacitação e desenvolvimento profissional	615	0,66	0,19	225	0,21	0,11
Auxílio creche	143	0,15	0,05	143	0,13	0,07
Outros Benefícios	122	0,13	0,04	74	0,07	0,04
<b>Total</b>	<b>42.071</b>	<b>44,86</b>	<b>13,30</b>	<b>56.278</b>	<b>52,56</b>	<b>26,86</b>

**Indicadores Sociais Externos**

	2018			2017		
	R\$ Mil	RO	RL	R\$ Mil	RO	RL
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania	699	3,23	0,22	550	-	0,26
Transporte gratuito (Balsas)	10.457	48,31	3,30	11.095	-	5,30
Tributos (excluídos encargos sociais)	36.921	170,58	11,67	77.865	-	37,17
<b>Total</b>	<b>48.077</b>	<b>222,12</b>	<b>15,19</b>	<b>89.510</b>	<b>-</b>	<b>42,72</b>

**Indicadores Ambientais**

	2018			2017		
	R\$ Mil	RO	RL	R\$ Mil	RO	RL
Investimentos relacionados com a operação da Companhia	17.032	78,69	5,38	15.726	-	7,51

**Indicadores do Corpo Funcional**

	2018		2017	
	Total	Homens	Total	Homens
Nº de colaboradores ao final do período	393		396	
Nº de estagiários(as)	15		12	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	293		278	
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	36		34	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,74%		15,15%	
Nº de negros(as) que trabalham na Companhia	87		82	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,17%		3,03%	
Nº de colaboradores com deficiência	8		7	

**Diversidade de Etnia**

	2018		2017	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres
Amarela	1,52%		1,76%	
Branca	76,09%		77,00%	
Indígena	0,25%		0,25%	
Parda	18,58%		17,42%	
Preta	3,56%		3,28%	

**Escolaridade dos colaboradores**

	2018		2017	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres
Total Superior e extensão universitária	134	21	113	19
Ensino Médio	197	9	188	9
Ensino Fundamental	62	6	56	6

**Faixa etária dos colaboradores**

	2018		2017	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres
Abaixo de 18 anos	-	-	-	-
De 18 até 30 anos	-	-	-	-
De 31 até 40 anos	34	6	28	4
De 41 até 50 anos	154	10	144	9
50 anos ou mais	205	20	185	17

**Aprendiz(es)**

Total	14	14
-------	----	----

**Estagiários(as)**

Total	15	12
-------	----	----

**Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício**

Total	189	158
-------	-----	-----

**Nº de processos trabalhistas encerrados no final do exercício**

Total	36	33
-------	----	----

**Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**

	2018	
	Total	Mulheres
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	Direção e Gerências	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho	
	Todos os colaboradores	
São sugeridos	São sugeridos	
Incentiva	Incentiva	

**A previdência privada contempla:**

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia: Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a empresa:

**10. AUDITORES INDEPENDENTES**

Com a implantação da Política de Contratação do Auditor Independente para a realização de outros serviços, a EMAE passou a considerar os princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve defender os interesses de seu cliente.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 e demais Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários, a EMAE informa que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria independente exclusivamente para as informações financeiras intermediárias (ITR) e demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício 2018.

A EMAE entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

**A Administração**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores em milhares de reais)**

ATIVO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17			31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	216.626	119.879	232.433	136.214	Fornecedores	14	6.507	6.644	6.763	6.923
Revendedores	5	34.262	14.310	38.502	18.153	Financiamentos		-	-	6.744	7.312
Consumidores	5	-	466	-	466	Folha de pagamento		5.491	6.204	5.491	6.204
Ativo financeiro indenizável	10	13.357	323	13.357	323	Obrigações estimadas - folha de pagamento		10.177	5.990	10.177	5.990
Serviços - Canal Pinheiros	19.4	3.174	3.463	3.174	3.463	Entidade de previdência a empregados	15	11.956	11.348	11.956	11.348
Alienação de bens e direitos		-	148	-	148	Tributos e contribuições sociais		6.128	4.171	6.309	4.368
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.313	1.330	2.313	1.331	Dividendos e juros sobre capital próprio	20.6	27.915	34.473	27.915	34.473
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.610	1.111	1.641	1.123	Taxas regulamentares		5.195	5.500	5.200	5.504
Estoque		1.930	1.789	1.930	1.789	Obrigações Especiais - RGR	17	1.801	1.801	1.801	1.801
Despesas antecipadas		1.496	109	1.577	245	Cauções e depósitos vinculados	9	10.638	6.633	10.638	6.633
Arrendamento UTE Piratininga	6	85.337	79.364	85.337	79.364	Encargos de uso da rede elétrica		182	184	199	200
Ativo financeiro - Sabesp	19.2	16.129	15.545	16.129	15.545	Outras obrigações - GAG Melhorias	18	34.503	-	34.503	-
Cauções e depósitos vinculados	9	10.999	10.161	10.999	10.161	Outros passivos		9.483	5.658	9.483	5.658
Outros créditos	7	13.700	8.464	10.587	5.491	<b>Total</b>		129.976	88.606	137.179	96.414
		400.933	256.462	417.979	273.816						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga	6	328.676	352.015	328.676	352.015	Financiamentos	14	-	-	72.999	78.660
Ativo financeiro - Sabesp	19.2	91.447	96.915	91.447	96.915	Entidade de previdência a empregados	15	119.699	80.608	119.699	80.608
Cauções e depósitos vinculados	9	12.247	11.927	15.597	15.336	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	33.323	99.029	33.323	99.029
Ativo financeiro indenizável	10	62.419	53.683	62.419	53.683	Outras obrigações - GAG Melhorias	18	35.126	-	35.126	-
Ativo reversível da concessão	11	195.374	273.218	195.374	273.218	Taxas regulamentares		769	769	769	769
Outros créditos	7	-	-	281	1.209	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	16	58.061	55.269	58.061	55.269
Investimentos	12	94.357	92.718	1.390	1.390	Obrigações Especiais - RGR	17	12.601	14.401	12.601	14.401
Imobilizado	13	70.495	19.052	222.987	174.876	<b>Total</b>		259.579	250.076	332.578	328.736
Intangível		2.462	2.567	2.462	2.567	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
		857.477	902.095	920.633	971.209	Capital social	20.1	285.411	285.411	285.411	285.411
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.258.410</b>	<b>1.158.557</b>	<b>1.338.612</b>	<b>1.245.025</b>	Reservas de capital		387.130	387.130	387.130	

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

continuação (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>RECEITA LÍQUIDA</b> .....	21	285.819	178.546	316.417	209.510
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> .....	22	(248.002)	(178.820)	(255.250)	(186.268)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO</b> .....		37.817	(274)	61.167	23.242
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas.....	22	(39.432)	(40.798)	(39.522)	(40.887)
Outras (despesas) e receitas.....	22	(20.348)	128.161	(20.348)	128.161
Equivalência Patrimonial em controlada.....	12	16.168	15.438	-	-
		(43.612)	102.801	(59.870)	87.274
		(5.795)	102.527	1.297	10.516
<b>(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>					
Receitas.....	23	37.560	34.779	39.056	36.103
Despesas.....	23	(4.825)	(1.094)	(11.859)	(8.928)
Variações monetárias líquidas.....	23	55.020	18.503	55.020	18.503
		87.755	52.188	82.217	45.678
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....		<b>81.960</b>	<b>154.715</b>	<b>83.514</b>	<b>156.194</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes.....	8.1	(34.311)	(20.074)	(35.865)	(21.553)
Diferidos.....	8.1	53.868	(15.495)	53.868	(15.495)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....		<b>101.517</b>	<b>119.146</b>	<b>101.517</b>	<b>119.146</b>
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL A</b>					
Acionistas controladores e não controladores.....		<b>101.517</b>	<b>119.146</b>	<b>101.517</b>	<b>119.146</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR</b>					
Ação preferencial.....	20.2	R\$ 2.85078	R\$ 3.34583	R\$ 2.85078	R\$ 3.34583
Ação ordinária.....	20.2	R\$ 2,59162	R\$ 3,04166	R\$ 2,59162	R\$ 3,04166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	101.517	119.146
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b>		
Ajuste de avaliação atuarial (Nota 15.2 alínea c).....	(34.818)	16.772
Efeito de imposto de renda e contribuição social (Nota 15.2 alínea c).....	11.838	(5.702)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b> .....	<b>78.537</b>	<b>130.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 MÉTODO INDIRETO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>				
Resultado do exercício.....	101.517	119.146	101.517	119.146
Resultado de equivalência patrimonial.....	(16.168)	(15.438)	-	-
Depreciação/amortização.....	1.378	931	5.369	4.872
Despesa de entidade de plano de previdência.....	11.348	13.991	11.348	13.991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	103	935	103	935
Obsolescência dos bens - Edgard de Souza.....	19.731	-	19.731	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	8.451	7.646	8.451	7.646
Tributos diferidos.....	(53.868)	15.495	(53.868)	15.495
Ganhos na alienação de bens e direitos.....	(393)	(2.379)	(393)	(2.379)
Juros sobre financiamentos.....	-	-	6.957	7.808
Acordo Sabesp.....	-	(123.796)	-	(123.796)
Provisão GAG Melhorias.....	69.629	-	69.629	-
Atualização depósitos vinculados.....	4.005	-	4.005	-
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(11.738)	(4.740)	(11.738)	(4.740)
Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga.....	(70.239)	(39.005)	(70.239)	(39.005)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Revendedores e consumidores.....	(19.486)	14.607	(19.883)	14.783
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	32.992	426	32.473	429
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(983)	(1.330)	(982)	(1.320)
Serviços emergenciais - Canal Pinheiros.....	289	(1.689)	289	(1.689)
Estoques.....	(141)	176	(141)	176
Despesas antecipadas.....	(1.387)	105	(1.332)	(31)
Cauções e depósitos vinculados.....	(1.158)	610	(1.099)	681
Sabesp.....	16.622	16.076	16.622	16.076
Outros créditos.....	(5.166)	(2.593)	(4.271)	(1.648)
Fornecedores.....	(137)	1.764	(160)	1.839
Folha de pagamento.....	(713)	822	(713)	822
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	4.187	(230)	4.187	(230)
Contribuições para plano de previdência.....	(6.467)	(14.961)	(6.467)	(14.961)
Tributos e contribuições sociais.....	136	(553)	120	(512)
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	19.931	-	21.073
Taxas regulamentares.....	(305)	(301)	(304)	(302)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(5.659)	(4.016)	(5.659)	(4.016)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2)	10	(1)	10
Obrigações especiais - RGR.....	(1.800)	-	(1.800)	-
Outros.....	3.825	1.374	3.825	1.048
	<b>77.903</b>	<b>3.014</b>	<b>105.576</b>	<b>32.201</b>
			(6.443)	(6.874)
Juros de financiamentos pagos (Nota 14).....	-	-	-	-
Dividendos recebidos.....	14.666	2.168	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(32.991)	(20.074)	(32.991)	(21.216)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b> .....	<b>59.578</b>	<b>(14.892)</b>	<b>66.142</b>	<b>4.111</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado.....	(1.046)	(6.552)	(1.705)	(6.750)
Ativos financeiros indenizáveis.....	(14.541)	(7.620)	(14.541)	(7.620)
Aquisição de intangível.....	(786)	(1.356)	(786)	(1.356)
Recebimento de arrendamento financeiro.....	87.605	84.024	87.605	84.024
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	541	5.029	541	5.029
Integralização de capital em controlada.....	(310)	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b> .....	<b>71.463</b>	<b>74.425</b>	<b>71.114</b>	<b>73.327</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos (Nota 20.6).....	(34.294)	(14.816)	(34.294)	(14.816)
Financiamentos (Nota 14).....	-	-	(6.743)	(6.687)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b> .....	<b>(34.294)</b>	<b>(14.816)</b>	<b>(41.037)</b>	<b>(21.503)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>96.747</b>	<b>44.717</b>	<b>96.219</b>	<b>55.935</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	119.879	75.162	136.214	80.279
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	216.626	119.879	232.433	136.214
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>96.747</b>	<b>44.717</b>	<b>96.219</b>	<b>55.935</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Receitas</b>				
Receitas operacionais.....	315.149	202.543	347.015	234.755
Outras receitas.....	(20.348)	128.161	(20.348)	128.161
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(103)	(935)	(103)	(935)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	15.972	9.985	16.631	11.083
	310.670	339.754	343.195	373.064
<b>Menos:</b>				
<b>Insumos</b>				
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	8.543	-	8.543
GSF (Garantia física).....	-	-	928	928
Encargos de uso da rede elétrica.....	18.654	4.590	18.943	4.876
Serviços de terceiros.....	57.382	53.569	59.144	55.903
Materiais.....	9.374	8.076	10.003	9.134
Provisão GAG Melhorias.....	70.926	-	70.926	-
Outros custos operacionais.....	6.237	7.391	6.545	7.388
	162.573	82.169	166.489	86.772
	148.097	257.585	176.706	286.292
	(1.378)	(931)	(5.369)	(4.872)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b> .....	<b>146.719</b>	<b>256.654</b>	<b>171.337</b>	<b>281.420</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b> .....	<b>146.719</b>	<b>256.654</b>	<b>171.337</b>	<b>281.420</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas financeiras.....	37.560	34.779	39.056	36.103
Equivalência Patrimonial.....	16.168	15.438	-	-
	53.728	50.217	39.056	36.103
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b> .....	<b>200.447</b>	<b>306.871</b>	<b>210.393</b>	<b>317.523</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal:</b>				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	78.868	83.850	78.868	83.850
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	11.348	13.991	11.348	13.991
FGTS.....	4.150	9.509	4.150	9.509
	94.366	107.350	94.366	107.350
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos.....	3.592	5.690	3.592	5.690
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	904	604	968	669
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	2.466	1.658	2.466	1.658
	6.962	7.952	7.026	8.017
<b>Federais:</b>				
Imposto de renda e contribuição social.....	(19.557)	35.569	(18.003)	37.048
COFINS/PIS.....	39.228	29.325	40.496	30.573
INSS.....	12.691	13.713	12.691	13.713
	32.362	78.607	35.184	81.334
<b>Municipais:</b>				
ISS.....	1.777	971	1.777	971
IPTU.....	12.651	9.273	12.651	9.273
	14.428	10.244	14.428	10.244
	53.752	96.803	56.638	99.595
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>				
Juros e encargos de dívidas.....	4.825	1.094	11.859	8.928
Variações monetárias líquidas.....	(55.020)	(18.503)	(55.020)	(18.503)
Arrendamentos e alugueis.....	1.007	981	1.033	1.007
	(49.188)	(16.428)	(42.128)	(8.568)
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>				
Dividendos/Juros sobre o capital próprio.....	24.110	28.297	24.110	28.297
Lucros retidos.....	77.407	90.849	77.407	90.849
Lucro líquido do exercício.....	101.517	119.146	101.517	119.146
<b>TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>200.447</b>	<b>306.871</b>	<b>210.393</b>	<b>317.523</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e a manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas à UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidrelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que afetou todas as concessionárias de energia elétrica com término do contrato de concessão até 2017, celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada à Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária. A RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG. Adicionalmente, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, são cobrados pela ANEEL e ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção de suas cotas.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421, de 17 de julho de 2018, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (Nota 25.3).

Além disso, os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passaram a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas e os encargos e tributos, pagos pela Companhia.

**Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga**

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento da UTE Piratininga entre a EMAE e a Petrobras, foi firmado, na ocasião, um contrato de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gasparian pela EMAE. Esse contrato se encerrará em 1 de agosto de 2019.

Como as tratativas para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, consolidadas no Termo de Transação Extrajudicial, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2017, não tiveram eficácia em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implantadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como suspensivas para eficácia do instrumento, foi firmado, em 3 de agosto de 2017, um novo contrato entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga. Em 1 de agosto de 2018 foi assinado aditivo prorrogando o contrato pelo período de 12 meses



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Regime de cotas**

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida, mensalmente, no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

**Renda da prestação de serviços**

A Companhia possui contratos de prestação de serviços de operação e manutenção da UTE Piratininga. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços de modo que os serviços contratados são realizados.

**Receitas relativas à construção de ativos próprios**

A proposta adotada pela ANEEL na revisão periódica de 2018 aumentou substancialmente a parcela da receita atribuída para a implantação de melhorias (GAG melhorias), com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço e, portanto, priorizar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

No valor atribuído à Gestão de Ativos de Geração (GAG) melhorias foram compreendidos, entre outros aspectos, a troca e modernização de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Assim, a receita relativa à GAG melhorias está associada ao atendimento dos índices de qualidade indicada pela ANEEL.

A receita relativa à GAG melhorias está sendo apropriada em bases mensais e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta "Outras Obrigações - GAG melhorias", de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 - Contratos de Construção, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

**3.2 Receitas e despesas Financeiras**

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado, de acordo com a variação dos índices de atualização monetária, no período de competência.

**3.3 Previdência a Empregados**

**A) Benefícios de curto prazo a colaboradores**

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.

**B) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

**C) Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Remunerações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

**3.4 Impostos e encargos setoriais sobre vendas**

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

- Imposto sobre serviços - de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;
- Encargos setoriais - correspondem aos valores gastos a título de compensação financeira de recursos hídricos e a taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica;
- P&D - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

**3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos a recolher ou a recuperar, correntes e diferidos, são compensados somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

**Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido, pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher" pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os impostos a recolher ou a recuperar são compensados somente se certos critérios forem atendidos, entre os quais se for permitido legalmente.

**Despesas de imposto de renda e contribuição social diferida**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**3.6 Estoque**

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), estão registrados ao custo médio de aquisição.

**3.7 Arrendamentos para terceiros**

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início, foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização das contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

**3.8 Ativo financeiro indenizável**

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, concluiu-se que estão dentro do escopo da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusulas 2ª e 4ª, do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

A Companhia entende que os investimentos na infraestrutura da concessão são realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16 de dezembro de 2014. Os investimentos realizados após 31 de dezembro de 2012 têm sido incorporados à tarifa nas revisões/ajustes da RAG pela ANEEL. A partir da revisão tarifária de 2018, na tarifa foram compreendidos, entre outros aspectos, a troca e modernização de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão. Os valores recebidos a título de GAG Melhorias estão sendo reconhecidos de forma linear até o final da concessão.

**3.9 Ativo reversível da concessão**

De acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão são revertidos para a União, mediante indenização. As concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes foram renovadas em 4 de dezembro de 2012.

Até 31 de dezembro de 2015, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização é determinada através de fiscalização para indicar os ativos indenizáveis e apurar o VNR (valor novo de reposição) desses ativos. Em virtude do Poder Concedente ainda não ter concluído esse processo, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém registrado, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu valor contábil residual na data de 31 de dezembro de 2012, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

**3.10 Imobilizado**

**A) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for estimado que tenham vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, de item aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**B) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

**C) Depreciação**

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL, as quais são largamente utilizadas no setor de energia elétrica e aceitas pelo mercado como adequadas. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação, inclusivo o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização.

**3.11 Intangível**

**A) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

**3.12 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros na seguinte categoria: i) "custo amortizado".

**i) Custo amortizado**

Nessa categoria estão registrados os instrumentos financeiros cujo objetivo, no modelo de negócios da Companhia e sua controlada, é o de receber fluxos de caixa contratuais e que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Os instrumentos financeiros classificados como "custo amortizado" são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

**3.13 Redução ao valor recuperável de ativos**

**Ativos financeiros**

Ativos financeiros, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão constituída para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 7.

**Ativos não financeiros**

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

**3.14 Provisões para riscos trabalhistas, civis e tributários**

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.15 Novas normas e interpretações adotadas durante o exercício de 2018**

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram adotadas pelo IFRS ou CPC, os quais foram efetivos para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2018 e foram emitidas na elaboração destas demonstrações financeiras. Segue resumo desses pronunciamentos:

- a) CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)  
O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que devem refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia e sua controlada na administração de seus ativos financeiros.

**Classificação - Ativos e Passivos Financeiros**

Os ativos financeiros passaram a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda".

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48. A Companhia avaliou que a aplicação do CPC 48 não trouxe impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

**Redução no valor recuperável (impairment)**

O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exigiu um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja, com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos. Os ativos financeiros da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, revendedores, caucões e depósitos e outros créditos vinculados na avaliação não têm apresentado aumento no risco de crédito e também não há em 31 de dezembro de 2018, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento na provisão para perdas esperadas, além dos valores já registrados na Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- b) CPC 47 Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 "Receitas" e CPC 17 "Contratos de Construção". O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deve ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações. Segue resumo da aplicação do CPC 47 nas principais receitas da Companhia e sua controlada:

**Regime de cotas:**

A Companhia é uma concessionária do serviço público de geração de energia elétrica. O contrato de concessão estabelece sua remuneração por valores homologados pela ANEEL (Receita Anual de Geração - RAG) para cada uma de suas usinas, os quais remuneram os serviços de operação e manutenção e os investimentos realizados na ampliação e melhoria das usinas.

Os serviços de operação e manutenção ocorrem continuamente ao longo do tempo, com a finalidade de manter as usinas disponíveis para gerar energia elétrica. Dessa forma, a remuneração anual relativa a esses serviços é apropriada em parcelas duodecimais, ou seja, proporcionalmente à execução desses serviços. Essa receita é registrada na rubrica "Cotas de Energia Elétrica". A remuneração pelos serviços de operação e manutenção é alocada aos serviços com base nos valores homologados pela ANEEL.

**GAG Melhorias:**

As usinas no regime de cotas passaram a fazer jus ao recebimento de adicionais de receita para remuneração de seus investimentos em melhorias, a partir do processo de reajuste de RAG de 2015, através da sistemática da apresentação dos investimentos realizados, por parte dos concessionários, que poderiam ou não ser reconhecidos pela ANEEL. A proposta adotada pela ANEEL, a partir da revisão periódica de 2018, alterou radicalmente essa situação. Essa proposta aumenta substancialmente a parcela da receita atribuída para a implementação de melhorias, com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço e, portanto, priorizar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Portanto, com essa proposta a ANEEL considera que:

- não caberá mais ressarcimento pelo custo de ocorrências graves;
- o monitoramento dos índices de qualidade será fundamental, sendo estipulado métrica mais rigorosa para manutenção do índice de desempenho dentro de patamares considerados adequados;
- se os índices de qualidade se deteriorarem ou mantiverem constantes, medidas severas serão aplicadas, uma vez que a receita de melhorias poderá não estar sendo aplicada ou aplicada de forma inadequada para benefício do consumidor.

A GAG melhorias contempla dois componentes: a quota de reintegração regulatória (QRR) e a remuneração do capital (RC). No valor da GAG melhorias estão compreendidas a cobertura para a troca de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como custos de natureza contábil de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Com base na ICPC 01 "Contratos de Concessão", a receita relativa à GAG melhorias é apropriada em bases mensais, pelo atendimento a obrigação de desempenho de disponibilidade da estrutura de concessão e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, até o final da concessão, devem ser provisionados, de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 "Contratos de Construção", com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Suprimento de Energia Elétrica:**

A Controlada Pirapora fornece energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalidade da energia acordada com seus clientes. Esses contratos, bem como a energia comercializada em bases mensais, são registrados na CCEE tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia. A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega da energia aos clientes.

Com base na análise acima a Companhia e sua controlada concluíram que, exceto pelos efeitos da GAG Melhorias, a adoção do CPC 47 não trouxe impacto significativo.

- Outros pronunciamentos

As seguintes modificações em pronunciamentos e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

Ciclo de melhorias anuais aos IFRS - Ciclo 2014 a 2016 - Alterações no IFRS 1 e IAS 28, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018;

Alterações no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações baseadas em ações (modificação no IFRS 2), em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018;

Transferência de propriedades para investimentos (modificação no CPC 28/ IAS 40), em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018;

ICPC 21 Transações em moeda estrangeira e adiantamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018;

**3.16 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

**a.1) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)**

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019. Adoção antecipada foi permitida somente se houvesse sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

Durante o exercício de 2018, a Administração da Companhia realizou análise de todos os contratos em andamento que envolve a utilização de máquinas e equipamentos nas prestações e serviços concluindo que:

- Todos os bens (máquinas e equipamentos) de terceiros utilizados para as prestações dos serviços contratados são exclusivamente operados e controlados pelas empresas contratadas.
- São apenas utilizados no local e finalidade estabelecidas em contrato.
- Cabe unicamente à contratada definir sobre possíveis substituições caso seja necessário.

Diante do exposto, a Companhia entende que não possui bens arrendados em contratos com terceiros, e, portanto, avaliou que não há impactos significativos da aplicação do CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras.

**a.2) Outros pronunciamentos**

As seguintes modificações em pronunciamentos e interpretações não devem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 Investimentos em Coligada em relação à vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua controlada ou empreendimento controlado em conjunto, a data de início da vigência será determinada pelo IASB;

IFRIC 23 Incertezas sobre transação na apuração de tributos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

IFRS 17 Contratos de Seguro, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Caixa e bancos conta movimento .....	465	233	1.413	1.179
Aplicações financeiras (a) .....	216.161	119.646	231.020	135.035
	<u>216.626</u>	<u>119.879</u>	<u>232.433</u>	<u>136.214</u>

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

(a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 5,8842% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e 9,3950% em 31 de dezembro de 2017.

**5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES**

	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
a) Suprimento de Energia.....				
Fornecimento de energia para revendedores .....	34.262	14.310	38.502	18.153
b) Fornecimento .....				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	-	466	-	466

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo do contas a receber de revendedores e consumidores é composto somente de valores vencidos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber. O aumento ocorrido em 2018 é resultado do faturamento da GAG melhorias, conforme detalhado na Nota 3.15 - GAG Melhorias.

**6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA**

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), pelo período de 17 (dezessete) anos, com remuneração de R\$ 45.000 por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O Arrendamento possui cláusula resolútiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termelétrica Piratininga para a Empresa Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data,</

☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Petróbras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a junção da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação para a ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 7 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas demonstrações financeiras continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 72.177 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 77.867 em 31 de dezembro de 2017), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração elaborou uma estimativa do valor dos ativos, no caso de não renovação da concessão, para determinar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme estabelece a cláusula décima primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga.

Adicionalmente, a Baixada Santista Energia ("BSE") assumiu a obrigação de devolver os Bens arrendados, no final do prazo de dezesseis anos, "no estado de uso e conservação em que os recebeu, consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato", cabendo a Companhia direito a indenização caso a BSE não o faça.

Na hipótese de inadimplemento de uma das partes nos termos do contrato, a parte adimplente terá o direito, além da resolução do contrato, conforme previsto, ao recebimento de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor global de R\$ 765.000.000,00 (Setecentos e sessenta e cinco milhões de reais) corrigidos pelo IGP/M desde o cumprimento das condições suspensivas previstas.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.17
	Saldo 31.12.17	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante.....	79.364	73.253	20.325	(87.605)	85.337
Não Circulante.....	352.015	(73.253)	49.914	—	328.676
	<b>431.379</b>	<b>—</b>	<b>70.239</b>	<b>(87.605)</b>	<b>414.013</b>

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(65.455)	(85.780)
Variação monetária.....	455.603	405.689
Recebimentos.....	(741.135)	(653.530)
	<b>414.013</b>	<b>431.379</b>

(a) Refere-se à variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizada no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante.....	78.018
2020.....	71.327
2021.....	65.210
2022.....	59.617
2023.....	54.504
2024.....	328.676

**7. OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (a).....	3.031	2.241	3.031	2.241
Bens destinados a.....	44	44	44	44
Dividendos a receber de controlada (b).....	3.840	3.667	—	—
Valores a receber - Energia Livre (c).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d).....	14.390	14.793	14.390	14.793
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e).....	(19.781)	(20.817)	(19.781)	(20.817)
GSF Pirapora energia (f).....	—	—	928	928
Adiantamento a empregados.....	637	574	637	574
Pirapora Energia S.A.....	201	234	—	—
Cesp (Nota 19.1).....	646	462	646	462
Petrobrás - O&M (Nota 21.3).....	4.590	1.729	4.590	1.729
Aluguéis.....	284	304	284	304
Multas contratuais (g).....	1.066	1.046	1.066	1.046
Contrato SEEM (Nota 19.5).....	529	—	529	—
CPFL.....	15	—	15	—
Comgás.....	55	—	55	—
Outras contas a receber.....	9	43	9	43
	<b>13.700</b>	<b>8.464</b>	<b>10.587</b>	<b>5.491</b>
<b>Não Circulante</b>				
GSF Pirapora energia (f).....	—	—	281	1.209
	<b>13.700</b>	<b>8.464</b>	<b>10.868</b>	<b>6.700</b>

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada. O saldo em 31 de dezembro de 2017 foi recebido em novembro de 2018, e o saldo em 31 de dezembro de 2018 será pago em data a ser deliberada pela Administração da controlada;
- c) Em decorrência do mandato de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- d) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa".
- e) O saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 19.781 é composto por: R\$ 14.390, funcionários cedidos; R\$ 4.144, energia livre; R\$ 1.066, multas contratuais e R\$ 181 de outros valores a receber.
- f) GSF: Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Companhia a aderir à reapatação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.
- Para suprir os contratos regulados, a Companhia adquiriu energia elétrica e o mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a reapatação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.703. O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.
- g) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIALCORRENTES E DIFERIDOS**
**8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado**

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b> .....	81.960	154.715	83.514	156.194	81.960	154.715	83.514	156.194
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(20.490)	(38.679)	(20.879)	(39.049)	(7.376)	(13.924)	(7.516)	(14.057)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Equivalência patrimonial em controlada.....	4.042	3.860	—	—	1.455	1.389	—	—
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	—	(666)	—	(666)	—	(240)	—	(240)
Juros sobre o Capital Próprio.....	5.117	—	5.117	—	1.842	—	1.842	—
Outros.....	(2.805)	(1.948)	1.237	1.912	(1.010)	(701)	445	688
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foi reconhecido tributos diferidos</b>								
Provisões temporárias.....	14.602	—	14.602	—	5.257	—	5.257	—
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	17.056	11.422	17.056	11.422	820	3.918	820	3.918
Outros.....	1.048	—	1.048	—	—	—	—	—
<b>c) Efeito regime lucro presumido de controlada</b>								
Pirapora Energia S.A.....	—	—	(656)	(621)	—	—	(370)	(355)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado</b> .....	18.570	(26.011)	17.526	(27.002)	988	(9.558)	478	(10.046)
Corrente.....	(24.951)	(14.618)	(25.995)	(15.609)	(9.359)	(5.456)	(9.869)	(5.944)
Diferido.....	43.521	(11.393)	43.521	(11.393)	10.347	(4.102)	10.347	(4.102)
Alíquota efetiva.....	-23%	17%	-21%	17%	-1%	6%	-1%	6%

**8.2 Composição dos impostos diferidos**

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	37.608	19.733	—	—
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	36.027	47.170	—	—
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	—	—	85.459	89.368
Obrigação fiscal diferida Sabesp (d).....	—	—	26.894	28.115
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	—	—	(18.128)	(9.423)
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	13.539	7.104	—	—
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	7.649	11.660	—	—
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	—	—	30.765	32.173
Obrigação fiscal diferida Sabesp (d).....	—	—	9.682	10.121
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	—	—	(6.526)	(3.392)
	94.823	85.667	128.146	146.962
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(94.823)	(85.667)	(94.823)	(47.933)
	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>33.323</b>	<b>99.029</b>

- a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2018, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde destacamos como as mais relevantes a provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos a título de GAG Melhores, as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios anteriores;
- c) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- d) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro referente ao acordo com a Sabesp. (Nota 18.2);
- e) Referem-se a passivo fiscal diferido plano de benefício definido (Nota 15), registrado em Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- f) Refere-se a Compensação entre ativos e passivos diferidos. Salienta-se que até 2017, a Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração.

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Base Negativa e Prejuízos fiscais:	
2019.....	11.829
2020.....	9.173
2021.....	15.448
2022.....	7.226
	<b>43.676</b>

Diferenças temporárias:

2019.....	3.587
2020.....	2.580
2021.....	2.580
2022.....	2.580
2023.....	2.580
2024 até 2042.....	37.240
	<b>51.147</b>

**9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
<b>Circulante</b>				
Depósitos vinculados (a).....	10.999	10.161	10.999	10.161
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais (b).....	12.247	11.927	12.247	11.927
Cauções e depósitos vinculados (c).....	—	—	3.597	3.409
	<b>12.247</b>	<b>11.927</b>	<b>15.597</b>	<b>15.396</b>
	<b>23.246</b>	<b>22.088</b>	<b>26.596</b>	<b>25.497</b>

- a) Do montante de depósitos vinculados, i) R\$ 10.638 (R\$ 10.161 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a depósito originado da venda de óleo combustível no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e mantido pelo mesmo valor; ii) depósito de R\$ 361 realizado em 31 de dezembro de 2018 perante à ANEEL, correspondente à caução contratual da Usina Edgard de Souza.

- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais.

- c) No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento BNDES no montante de R\$ 3.350 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.409 em 31 de dezembro de 2017) da controlada Pirapora.

**10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL**

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. A Resolução Normativa nº 642/2014 aprovou o submódulo dos Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET 12.3, o qual estabeleceu os procedimentos para a recuperação dos investimentos realizados através da RAG.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual são de caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL para serem incluídos na base de remuneração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária, novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31.12.17	Adições (a)	Transferência	Recebimentos (b)	Amortização (c)	Saldo em 31.12.18
<b>Circulante</b>						
Ativo financeiro.....	323	—	4.772	(174)	(1.297)	3.624
Adiantamento a fornecedores.....	—	—	9.733	—	—	9.733
	323	—	14.505	(174)	(1.297)	13.357
<b>Não circulante</b>						
Ativo financeiro.....	53.683	14.141	(5.405)	—	—	62.419
	<b>54.006</b>	<b>14.141</b>	<b>9.100</b>	<b>(174)</b>	<b>(1.297)</b>	<b>75.776</b>

- a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas em manutenções que aumentem a vida útil das unidades e também em melhorias gerando maior eficiência na produção energética. Tais investimentos já estão sendo indenizados através da RAG 2018/2019.
- b) Recebimento pelos investimentos realizados, através da RAG 2017/2018.
- c) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 18).

**11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO**

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL essas ativos reversíveis serão indenizados com o Poder Concedente. Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados naquele exercício demonstraram que não há razão para a constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL, poderá apresentar valor de indenização referente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, apresentará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter a autorização para motorizar a referida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.17			Depreciação do período	Saldo em 31.12.18		
		Adições	Baixas	Transferência		Adições	Baixas	Transferência
Em serviço		6.712	-	(1.644)	-	-	-	5.068
Terrenos		47.778	288	(174)	(1.024)	-	-	46.868
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,1%	47.846	3	-	(1.015)	-	-	46.834
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,0%	62.431	392	-	(2.257)	-	-	61.452
Máquinas e Equipamentos	3,2%	-	-	633	(90)	-	-	543
Veículos	14,3%	111	3	-	(8)	-	-	110
Móveis e Utensílios	6,3%	164.878	686	-	(4.394)	-	-	160.875
Subtotal		2.148	623	-	59.341 (a)	-	-	62.112
Em curso		7.850	4.495 (2.612)	-	(9.733) (*)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		174.876	5.804 (2.612)	-	(4.394)	-	-	222.987
Total consolidado								

\* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável.  
(a) Corresponde a R\$ 59.667 menos R\$ 326 transferido para o Intangível.  
i) *Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:*  
Conforme divulgado na Nota 10, em 01 de agosto de 2018, o MME disponibilizou os bens da UHE Edgar de Souza para a EMAIE (registrado no montante de R\$ 59.667, na linha de imobilização em curso na movimentação acima), dispensando, portanto, a reversão dos bens.  
Desta forma, a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remortização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixas foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a. a 8,5% a.a. no período de projeção. A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não há necessidade de registro de provisão ao valor recuperável adicional dos valores contábeis reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

14. **FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)**  
Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAIE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica), em 31 de dezembro de 2018, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 79.743 (R\$ 85.972 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 6.744 classificados como passivo circulante (R\$ 7.312 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 72.999 como passivo não circulante (R\$ 78.660 em 31 de dezembro de 2017).  
O vencimento será em 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.  
A taxa efetiva do contrato até 31 de dezembro de 2018 é de 8,88% ao ano.

	Consolidado			
	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros
<b>Circulante e Não Circulante</b>				
Financiamento BNDES	85.972	6.957	(6.743)	(6.443)
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros
<b>Circulante e Não Circulante</b>				
Financiamento BNDES	91.725	7.808	(6.687)	(6.874)

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu as seguintes garantias:  
• Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.  
• A cessão fiduciária mencionada, abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no valor de R\$ 3.350 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.409 em 31 de dezembro de 2017) (Nota 9).  
• Direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.  
• Direitos creditórios provenientes do Contrato de Arrendamento entre a Companhia e a Baixada Santista Energia S.A., e  
• Penhora da totalidade das ações de sua controlada, em favor do BNDES, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser adquiridas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, pela mesma até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.  
O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos.  
1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida  
A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.  
2) ICP - Índice de Capitalização Própria  
A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPTS	11.956	41.288	53.244	13.153
	Ajuste CPC 33 (IAS 19)	-	78.411	78.411	78.806
		11.956	119.699	131.655	91.953

15.1 **Planos de benefícios**  
A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Entidade de previdência a empregados	Controladora e Consolidado			
	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18
	Amortização	Despesa	ORA	Saldo
	(6.467)	11.348	34.818	131.655

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPTS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.  
O benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPTS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 01 de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do plano de suplementação.  
O benefício do plano a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.  
O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

15.2 **Resumo do Estudo Atuarial de Acordo com o CPC 33 Benefícios a Empregados**  
Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2018, seguindo os critérios determinados pelo "CPC 33 Benefícios a Empregados", o passivo atuarial da EMAIE foi apurado conforme segue:

A) Premissas atuariais  
As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.18	31.12.17
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	9,62%	10,10%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	9,62%	10,10%
Taxa de crescimento salarial futuro	5,86%	6,37%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo	4,50%	4,50%
Taxa de rotatividade	não adotada	não adotada
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA	LIGHT-FRACA
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos	359	374
Nº de participantes inativos - aposentados sem por invalidez	708	701
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	30	30
Nº de participantes inativos - pensionistas	69	66

B) Avaliação atuarial  
Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).  
O plano de benefício definido (BD) tem contribuição paritária.

B1) Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Total do passivo atuarial	797.527	732.180	297.310	254.236	51.680	48.252	1.146.517	1.034.668
Valor justo dos ativos (marcados a mercado)	(676.004)	(643.227)	(367.256)	(333.355)	(41.548)	(45.249)	(1.084.808)	(1.021.831)
Efeito de limitação de ativo	-	-	69.946	79.119	-	-	69.946	79.119
Passivo líquido (ativo)	121.523	88.953	-	-	10.132	3.003	131.655	91.956

B2) Movimentação das obrigações

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	732.180	724.430	254.236	226.803	48.252	49.500
Custo do serviço corrente	-	-	2.060	1.806	-	-
Juros sobre obrigação atuarial (Ganho)/Perda atuarial	73.959	73.165	25.681	24.274	4.874	5.012
Benefícios pagos	(45.642)	(9.728)	(25.827)	(11.237)	3.101	(1.697)
Benefícios pagos	(54.254)	(55.687)	(10.494)	(9.884)	(4.547)	(4.563)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	797.527	732.180	297.310	254.236	51.680	48.252

B3) Movimentação dos ativos dos planos:

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor justo do ativo do plano	(643.227)	(624.932)	(333.355)	(302.012)	(45.249)	(39.300)
Contribuições de empresa para o plano	(864)	(9.593)	(1.580)	(1.488)	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(64.974)	(62.719)	(33.673)	(31.132)	(4.570)	(4.312)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto	(19.107)	342	(7.205)	(6.739)	3.724	(6.200)
Contribuições de participantes para o plano	(2.086)	(2.012)	(1.937)	(1.868)	-	-
Benefícios pagos pelo plano	54.254	55.687	10.494	9.884	4.547	4.563
Valor justo do ativo do plano	(676.004)	(643.227)	(367.256)	(333.355)	(41.548)	(45.249)

B4) Conciliação do valor líquido do passivo atuarial:

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano	88.953	99.497	-	-	3.003	10.200
Despesa/(receita) reconhecida na Demonstração de Resultados	8.985	10.446	2.059	2.845	304	700
Contribuição da empresa para o plano	(864)	(9.593)	(1.580)	(1.488)	-	-
Contribuições de participantes para o plano (Ganho) Perda atuarial em ORA	(2.086)	(2.012)	(1.937)	(1.868)	-	-
Saldo final	121.523	88.953	-	-	10.132	3.003

B5) Análise de sensibilidade:

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Análises de sensibilidade	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%	840.822	771.424	318.302	272.108	54.618	50.944
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%	757.923	696.230	278.464	238.193	49.001	45.796
Inflação ser reduzida em 0,50%	799.569	734.054	298.071	254.886	51.812	48.375
Inflação ser aumentada em 0,50%	795.485	730.305	296.549	253.512	51.547	48.128
Crescimento salarial ser reduzido em 0,50%	797.527	732.180	294.053	251.318	51.680	48.252
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%	799.569	734.054	298.071	254.886	51.380	48.252
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%	799.569	734.054	298.071	254.886	51.812	48.375
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%	795.485	730.305	296.549	253.585	51.547	48.128

C) As movimentações das remessas atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	31.12.18	31.12.17
(a) Saldo no início do exercício	(24.877)	(35.947)
(b) (Perda) atuarial gerada pela taxa de desconto	(57.479)	(45.471)
(c) (Perda) Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	(17.091)	45.659
(d) (Perda) atuarial gerada pela premissa demográfica	-	-
(e) Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	22.588	12.597
(f) Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros	17.164	3.987
(g) Efeito nas Demonstrações de Resultados Abrangentes (b+c+d+e+f)	(34.181)	16.772
(h) Efeito de imposto de renda e contribuição social	11.838	(5.702)
Saldo no final do exercício (a+g+h)	(47.857)	(24.877)

As premissas de ativos do plano é a de investir 85% em renda fixa, 10% em renda variável e 5% em outros, com uma margem de variação de 2,5% para mais ou para menos.  
A estimativa da despesa para o exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	31.12.19
Custos dos serviços correntes	185
Juros sobre obrigação atuarial	110.300
Rendimento esperado dos ativos do plano	(104.364)
Receita (Despesa) com juros sobre o ajuste do "teto do ativo"	6.729
Total da despesa projetada para o exercício	12.850

15.3 **Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP**  
Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAIE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPTS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "Benefício Suplementar Proporcional Salgado" - BSPTS. Esse contrato previa a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acréscido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado aditivo contratual prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032.  
Anualmente, ao final de cada exercício, o superavit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo.  
Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia por equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAIE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.  
Em 31 de dezembro de 2018, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAIE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos de ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo.

	31.12.18	31.12.17
Saldo da dívida	53.244	78.411
Ajuste atuarial	-	131.655
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19	-	-

16. **PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS**  
16.1 **Contingências - Possibilidade de Perda Provável**

	Controladora e Consolidado			
	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento
<b>Não circulante</b>				
Trabalhistas				
Periculosidade	10.331	3.448	-	-
Diversas	20.414	6.069	(4.478)	(5.659)
	30.745	9.517	(4.478)	(5.659)
Cíveis	24.508	4.436	(1.320)	-
Tributárias	16	1.100	(804)	-
Administrativo	-	-	-	-
	55.269	15.053	(6.602)	(5.659)

A) Periculosidade  
Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricistas em 07 de julho de 1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados em existência nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.  
B) Diversas  
Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem, em geral, o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.  
C) Cíveis  
Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:  
Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi oposto pela EMAIE e outras interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.  
A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2018 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 25.394 (R\$ 23.072 em 31 de dezembro de 2017).  
D) Tributárias  
A principal adição do período refere-se a um processo de IPTU movido pelo Município de Cubatão anteriormente classificado com a probabilidade de perda remota, que, em razão de um indeferimento de pleito solicitado pela Companhia, se fez necessário a reclassificação para a probabilidade de perda provável.

16.2 **Contingências - Probabilidade de Perda Possível**  
As contingências, em 31 de dezembro de 2018, nas suas diferentes espécies, avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível, estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado Possível	
	31.12.18	31.12.17
Administrativo	12.644	11.863
Ambiental	85.663	77.069
Cível	22.209	31.575
Trabalhista	11.962	1



☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. OUTRAS OBRIGAÇÕES - GAG MELHORIAS**

Com base na previsão de recebimento da GAG Melhorias e no plano de investimentos, ambos elaborados e estimados até o término da concessão, a Companhia realizou as seguintes contabilizações durante o exercício de 2018:

	Controladora e Consolidado			Resultado do exercício
	Ativo financeiro indenizável	Outras obrigações GAG Melhorias		
		Circulante	Não circulante	
Saldo inicial	-	-	-	-
Investimentos realizados	67.514	-	-	-
Recebimento (RAG 2017/2018)	(174)	-	-	-
Adeiantamento a fornecedores	9.733	-	-	-
Receitas Líquidas - GAG Melhorias (a)	-	-	-	78.267
Provisão GAG Melhorias - Investimentos a realizar	-	(35.800)	(35.126)	(70.926)
Amortização	(1.297)	1.297	-	-
Saldo final em 31.12.2018	75.776	(34.503)	(35.126)	7.341

(a) A GAG Melhorias é parte integrante da Receita de Cotas de energia elétrica. Entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia investiu um montante de R\$ 67.514, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxo de caixa) até 31 de dezembro de 2042.

**19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

**19.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 646 (R\$ 462 em 31 de dezembro de 2017) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e rateio de despesas comuns. A Cesp foi privatizada em 19 de outubro de 2018, tendo seu controle transferido e, portanto, deixando de ser parte relacionada da Companhia a partir dessa data (Nota 7).

**19.2 Ativo financeiro - Acordo Sabesp**

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os seguintes litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

A cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i) a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), nos termos da legislação vigente, que aprovou no dia 30 de dezembro de 2016 por meio do despacho 3.431, (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tinham prazo de 1 ano para sua implantação, a contar da data de assinatura do Instrumento (28 de outubro de 2016).

Em 18 de outubro de 2017, o Conselho de Administração da EMAE aprovou a formalização do 1º aditivo ao Instrumento, que excluiu a condição suspensiva de aprovação do Instrumento em Assembleia Geral de acionistas da EMAE, mantendo-se inalterado os demais termos e condições da transação. Portanto, instruindo a Diretoria da Companhia a tomar as providências necessárias para realizar o aditamento do Instrumento.

Diante dessa decisão, a celebração do referido aditivo foi aprovada pelos Conselhos de Administração da SABESP e da EMAE, em 11 de outubro de 2017 e 18 de outubro de 2017, respectivamente. O aditivo excluiu a condição suspensiva consistente na aprovação do Instrumento pela Assembleia Geral de acionistas da EMAE e manteve os demais termos e as condições suspensivas previstas, as quais foram devidamente implantadas e, portanto, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento determinou o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 (R\$ 123.796 ajustado a valor presente em outubro de 2017) distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 107.576 com a SABESP, referente ao saldo a receber do instrumento, dos quais R\$ 91.447 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.18
	Saldo 31.12.17	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Sabesp	22.777	16.604	-	(16.622)	22.759
Ajuste a valor presente	(7.232)	(6.630)	7.232	-	(6.630)
	15.545	9.974	7.232	(16.622)	16.129
<b>Não Circulante</b>					
Sabesp	181.005	(16.604)	4.506	-	168.907
Ajuste a valor presente	(84.090)	6.630	-	-	(77.460)
	96.915	(9.974)	4.506	-	91.447
	112.460	-	11.738	(16.622)	107.576

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Período	Valor Presente
Não circulante	-
2020	15.077
2021	14.095
2022	5.358
2023	5.009
2024 até 2042	51.908
	91.447

**19.3 Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA**

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 2.864 (R\$ 1.971 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

**19.4 Serviços canal Pinheiros**

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

Os gastos nas atividades previstas são registrados em conta específica do ativo no balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores de reembolso como Depósitos Vinculados em seu passivo patrimonial. Quando ocorre a aprovação dos gastos na prestação de contas, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber é de R\$ 3.174 (R\$ 3.463 em 31 de dezembro de 2017).

**19.5 Convênio SEEM**

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio com Secretaria de Estado de Energia e Mineração - SEEM, celebrado como convênio de cooperação técnico-operacional, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato é de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de novembro e dezembro de 2018.

**19.6 Cessão de Empregados**

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento à Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber é de R\$ 14.390 (R\$ 14.793 em 31 de dezembro de 2017), vide Nota 7.

**19.7 Remuneração do pessoal-chave da administração**

Em atendimento ao CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os exercícios de 2018 e 2017 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Partes Relacionadas	2018		2017	
	(a) n° de membros	Remuneração	n° de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária(*)	4	1.433	4	1.404
Conselho Fiscal	5	275	5	253
Conselho de Administração	12	968	10	669
	21	2.676	19	2.326

(\*) Média anual.

(\*) Remuneração fixa e variável

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**20.1 Capital Social**

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitana de São Paulo - METRO (Custodiada na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"))	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	14.705.370	100,00	52.068	0,23	14.757.438	39,94
Centrais Elétricas Brasileiras S/A. - ELETROBRA	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero	-	-	2.201.033	9,90	2.201.033	5,96
Leonardo Izecksohn	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães	-	-	549.000	2,47	549.000	1,49
Eletrôpar - Eletrobras Participações S/A	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Outros	-	-	2.811.062	12,63	2.811.062	7,60
	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não houve emissão de novas ações. De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e desstituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/74 e suas alterações.

**20.2 Lucro por ação - básico e diluído**

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição. Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	R\$ 101.517	R\$ 119.146
Número de ações ordinárias	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais	22.241.714	22.241.714
<b>Total</b>	<b>36.947.084</b>	<b>36.947.084</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>		
Ação Ordinária	R\$ 2,85078	R\$ 3,34583
Ação Preferencial	R\$ 2,59162	R\$ 3,04166
A quantidade média ponderada de ações usadas no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.		

**20.3 Destinação do lucro líquido do exercício**

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	101.517	119.146
(-) Constituição de reserva legal (5%)	5.076	5.957
(=) Lucro remanescente após a reserva	96.441	113.189
(a) Dividendo obrigatório	24.110	28.297
(b) Realização de reserva de lucros a realizar	5.447	4.983
(c) Dividendos a serem pagos durante o ano-calendário seguinte	29.557	33.280
(-) Juros sobre o Capital Próprio reconhecido em 2018 (a)	(20.469)	-
Saldo remanescente de dividendos a serem pagos em novembro de 2019	9.088	-
(-) Constituição de reserva estatutária para recomposição de ativos	-	84.892
(-) Constituição de reserva para recompra de outorga	72.331	-
(=) Lucro remanescente	-	-
(a) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) - Durante o exercício de 2018 a Companhia com base na projeção do lucro do exercício deliberou em Reunião de Diretoria realizada em 29 de novembro de 2018 pelo pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 20.469. Sobre o montante de R\$ 20.469 houve a retenção de R\$ 1.821 a título IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) recolhido em 13 de dezembro de 2018. Em 5 de fevereiro de 2019 os juros foram pagos aos acionistas (Nota 20.6).		

A Administração da Companhia propõe as seguintes destinações: Constituição de Reserva legal de R\$ 5.076; dividendo mínimo obrigatório de R\$ 24.110, realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 5.447, que serão distribuídos a título de dividendos do exercício, realização do dividendo obrigatório; e constituição da reserva para recompra de outorga no valor de R\$ 72.331.

**20.4 Dividendos por ação**

A nota a seguir estabelece a destinação dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (em milhares, exceto valor por ação):

	2018	2017
Dividendo líquido do exercício	29.557	33.280
<b>Quantidade de Ações</b>		
	<b>de Ações</b>	<b>de Ações</b>
ON	14.705.370	14.705.370
PN	22.241.714	22.241.714
<b>Total de ações (ON e PN)</b>	<b>36.947.084</b>	<b>36.947.084</b>
<b>Dividendo por ação</b>		
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Ação ordinária	0,75456	0,84959
Ação preferencial	0,83001	0,93455
<b>Total de dividendos por tipo de ação</b>		
	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
ON	11,096	12,494
PN	18,461	20,786
	29,557	33,280

**20.5 Mutações das reservas de lucros**

A nota a seguir demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício	172.211	86.345
Constituição de reserva legal	5.076	5.957
Realização da reserva de lucros a realizar	(5.447)	(4.983)
Constituição da reserva para recomposição de ativos	-	84.892
Constituição da reserva para recompra de outorga	72.331	-
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício	244.171	172.211

**20.6 Conciliação de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A nota a seguir demonstra a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2018:

	Controladora	
	2018	2017
Saldo de JSCP e Dividendos em 31/12/2017	34.473	(1.014)
Pagamento dividendos retidos exercício 2016 (a)	(1.014)	(33.280)
Pagamento dos dividendos referente ao exercício de 2017	(33.280)	20.469
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JSCP	(1.821)	(1.821)
Realização de reserva de lucros a realizar	3.641	5.447
Dividendos	5.447	3.641
Saldo de JSCP e Dividendos em 31/12/2018	27.915	27.915
(a) Realização de depósito judicial solicitado por autoridade competente referente ao dividendo retido do exercício de 2016.		

**21. RECEITA LÍQUIDA**
**21.1 Conciliação da receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>RECEITA</b>				
Fornecimento de energia (Nota 21.2)	-	5.492	-	5.492
Cotas de energia elétrica (Nota 21.2)	277.240	169.601	277.240	169.601
Suprimento de energia - leilão (Nota 21.2)	-	-	34.207	33.142
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 21.2)	454	4.896	454	4.896
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 21.2)	311	1.168	834	2.209
Renda da prestação de serviços (Nota 21.3)	35.381	19.232	32.517	17.261
Outras receitas	1.763	2.154	1.763	2.154
Receitas relativas à construção de ativos próprios (Nota 10)	14.141	7.957	14.141	7.957
	329.290	210.500	361.156	242.712
<b>DEDUÇÕES À RECEITA</b>				
COFINOS sobre receitas operacionais	(32.242)	(24.110)	(33.284)	(25.136)
PIS sobre receitas operacionais	(6.986)	(5.215)	(7.212)	(5.437)
Imposto sobre serviços - ISS	(1.777)	(971)	(1.777)	(971)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.466)	(1.658)	(2.466)	(1.658)
	(43.471)	(31.954)	(44.739)	(33.202)
	285.819	178.546	316.417	209.510

**21.2 Energia Elétrica Vendida**

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Fornecimento (a)</b>								
Fornecimento de energia para consumidores livres	-	26.280	-	5.492	-	26.280	-	5.492
<b>Cotas de Garantia Física (b)</b>								
Cotas de energia elétrica	1.142.155	1.237.544	277.240	169.601	1.142.155	1.237.544	277.240	169.601
<b>Suprimento (c)</b>								
Leilão	-	-	-	-	1			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Energia elétrica comprada para revenda.....	(8.543)	(8.543)	-	-	-	-	(8.543)	(8.543)
GSF - Garantia física.....	(928)	(928)	-	-	-	-	(928)	(928)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(18.943)	(4.876)	-	-	-	-	(18.943)	(4.876)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(3.592)	(5.690)	-	-	-	-	(3.592)	(5.690)
Pessoal.....	(72.350)	(83.087)	(18.088)	(20.772)	-	-	(90.438)	(103.859)
Administradores.....	(3.355)	(3.213)	-	-	-	-	(3.355)	(3.213)
Entidade de previdência a empregados (Nota 15).....	(11.348)	(13.991)	-	-	-	-	(11.348)	(13.991)
Material.....	(1.910)	(1.731)	(2.311)	(1.891)	-	-	(4.221)	(3.622)
Serviços de terceiros.....	(34.467)	(34.714)	(15.744)	(15.619)	-	-	(50.211)	(50.333)
Depreciação.....	(3.991)	(3.941)	(1.378)	(931)	-	-	(5.369)	(4.872)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(968)	(668)	-	-	(968)	(668)
Arrendamentos e alugueis.....	-	-	(1.033)	(1.006)	-	-	(1.033)	(1.006)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(8.451)	(7.646)	-	-	-	-	(8.451)	(7.646)
Provisão GAG.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorias (Nota 18).....	(70.926)	-	-	-	-	-	(70.926)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(103)	(935)	-	-	-	-	(103)	(935)
Obsolescência dos bens - Edgard de Souza (Nota 11).....	-	-	-	-	(19.731)	-	(19.731)	-
Custos relativos à construção de ativos próprios (Nota 10).....	(14.141)	(7.957)	-	-	-	-	(14.141)	(7.957)
Sabesp (Nota 19.2).....	-	-	-	-	123.796	-	123.796	-
Ajuste imobilizado.....	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	394	2.379	394	2.379
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	247	-	247	-
Outras.....	(10.745)	(9.016)	-	-	(1.258)	1.988	(12.003)	(7.028)
<b>Total</b> .....	<b>(255.250)</b>	<b>(186.268)</b>	<b>(39.522)</b>	<b>(40.887)</b>	<b>(20.348)</b>	<b>128.161</b>	<b>(315.120)</b>	<b>(98.994)</b>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	9.211	8.151	10.628	9.387
Remuneração de quotas.....	302	603	302	603
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	20.325	22.427	20.325	22.427
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.2).....	7.232	3.012	7.232	3.012
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	-	14	-	14
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(199)	-	(199)	-
Outras.....	689	572	768	660
	<b>37.560</b>	<b>34.779</b>	<b>39.056</b>	<b>36.103</b>
<b>Despesas</b>				
Juros.....	-	-	(6.957)	(7.808)
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	-	(82)	-	(82)
Atualização Óleo combustível.....	(4.005)	-	(4.005)	-
Atualização Selic sobre projetos P&D.....	(94)	(98)	(94)	(98)
Juros sobre RGR.....	(640)	(810)	(640)	(810)
Outras.....	(86)	(4)	(183)	(30)
	<b>(4.825)</b>	<b>(1.094)</b>	<b>(11.859)</b>	<b>(8.928)</b>
<b>Variações Monetárias</b>				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	49.914	16.578	49.914	16.578
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.2).....	4.506	1.728	4.506	1.728
Outras variações monetárias.....	600	197	600	197
	<b>55.020</b>	<b>18.503</b>	<b>55.020</b>	<b>18.503</b>
	<b>87.755</b>	<b>52.188</b>	<b>82.217</b>	<b>45.678</b>

24. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2018	09/04/2019	20.000	93
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	05/11/2018	05/11/2019	50.000	75
Seguro de riscos operacionais (c).....	27/09/2018	27/09/2019	256.269	1.835
Seguro de veículos (d).....	11/09/2018	11/09/2019	458	24
Seguro de riscos operacionais (e).....	23/08/2018	23/08/2019	82.406	125
			409.133	2.152

- a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- c) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos das Usinas da EMAE;
- d) Refere-se à cobertura contra danos, incêndio, roubo, danos materiais e pessoais referente a caminhões;
- e) Refere-se à cobertura contra colisão de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	465	233	1.413	1.179	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 4).....	216.161	119.646	231.020	135.035	Custo amortizado
Revendedores (Nota 5).....	34.262	14.310	38.502	18.153	Custo amortizado
Consumidores (Nota 5).....	-	466	-	466	Custo amortizado
Serviços - Canal Pinheiros (Nota 19.4).....	3.174	3.463	3.174	3.463	Custo amortizado
Alienação de bens e direitos.....	-	148	-	148	Custo amortizado
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	414.013	431.379	414.013	431.379	Custo amortizado
Outros créditos (Nota 7).....	13.700	8.464	10.868	6.700	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (Nota 9).....	23.246	22.088	26.596	25.497	Custo amortizado
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.2).....	107.576	112.460	107.576	112.460	Custo amortizado
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	75.776	54.006	75.776	54.006	Custo amortizado
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	195.374	273.218	195.374	273.218	Custo amortizado
Fornecedores.....	6.507	6.644	6.763	6.923	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	27.915	34.473	27.915	34.473	Custo amortizado
Outras obrigações - GAG melhorias (Nota 10).....	69.629	-	69.629	-	Custo amortizado
Financiamentos (Nota 14).....	-	-	79.743	85.972	Custo amortizado

Mensuração do valor justo  
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

25.1 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

A.2) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores e Consumidores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas e o recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 216.626 e R\$ 232.433, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 119.879, controladora, e R\$ 136.214, consolidado, em 31 de dezembro de 2017), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima de risco de crédito para os seguintes recebíveis:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 19.4).....	3.174	3.463
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6).....	414.013	431.379
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	75.776	54.006
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	195.374	273.218
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.2).....	107.576	112.460
	<b>795.913</b>	<b>874.526</b>

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude não terem histórico e expectativa de perdas. A realização das contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte (Parabrás) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem resarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeitos à eventual glosa.

A realização do Ativo Financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

A.3) Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

A.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificar-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário

provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses. O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capital III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2018, com CDI overnight de 6,40% a.a.

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 4</b>	<b>Provável</b>	<b>(+25%)</b>	<b>(+50%)</b>
CDI.....	-	6,40%	8,00%	9,60%
Controladora.....	216.626	13.864	17.330	20.796
Consolidado.....	232.433	14.876	18.595	22.314

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 4</b>	<b>Provável</b>	<b>(-25%)</b>	<b>(-50%)</b>
CDI.....	-	6,40%	4,80%	3,20%
Controladora.....	216.626	13.864	10.398	6.932
Consolidado.....	232.433	14.876	11.157	7.438

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetua-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2018, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 6</b>	<b>Provável</b>	<b>(+25%)</b>	<b>(+50%)</b>
IGPM.....	3,92%	13,24%	14,22%	15,20%
Arrendamento UTP.....	414.013	54.815	58.873	62.930

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 6</b>	<b>Provável</b>	<b>(-25%)</b>	<b>(-50%)</b>
IGPM.....	3,92%	13,24%	12,26%	11,28%
Arrendamento UTP.....	414.013	54.815	50.758	46.701

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano. Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetua-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2018, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 19.2</b>	<b>Provável</b>	<b>(+25%)</b>	<b>(+50%)</b>
IPCA.....	3,94%	12,12%	13,11%	14,09%
SABESP.....	107.576	13.038	14.103	15.157

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 19.2</b>	<b>Provável</b>	<b>(-25%)</b>	<b>(-50%)</b>
IPCA.....	3,94%	12,12%	11,14%	10,15%
SABESP.....	107.576	13.038	11.964	10.919

A Pirapora Energia S.A., controlada da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a. Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetua-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2018, referente às parcelas já liberadas do empréstimo, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos. O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 6,98% a.a.

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 14</b>	<b>Provável</b>	<b>(+25%)</b>	<b>(+50%)</b>
TJLP.....	6,98%	8,88%	10,63%	12,37%
Liberado pelo BNDES.....	79.743	7.081	8.477	9.864

	Saldo			
	31.12.2018	Cenário	Cenário I	Cenário II
<b>I-CVM 475</b>	<b>Nota 14</b>	<b>Provável</b>	<b>(-25</b>	



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança. Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associada aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta, em sua equipe, com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnicos em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

**BOTA FORA 14: OPERAÇÃO DE CONTROLE DE CHEIAS E MANUTENÇÃO DE BALSAS**
**A Companhia desenvolve suas atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado**

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por ser tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

**Reintegração de área ocupada - Bota Fora 14**

Os rejeitos do desassoreamento por dragagem do Canal Pinheiros são depositados em terrenos da EMAE, que recebem provisoriamente os materiais dragados. Tais terrenos são chamados de "Bota fora". A acumulação do material dragado é possível graças aos diques constituídos de aterro lançado ou compactado, que acompanham o perímetro de cada um dos terrenos (cavas) utilizados pelos bota foras.

A área que abrange o Bota Fora 14, localizada na confluência das Marginais Pinheiros e Tietê, composta por três cavas identificadas como A, B e C, com aproximadamente 280.000 m³ de material depositado, referente aos rejeitos do desassoreamento por dragagem do Canal Pinheiros, e circundada por diques de contenção em aterro lançado e compactado, encontra-se em condições instáveis, com risco potencial de escorregamento.

Essas instabilidades dos diques de contenção são ocasionadas pela invasão da área, em função da implantação de edificações precárias, que promoveram escavações nos taludes reduzindo suas seções, associada à ruptura de parte do talude de montante, principalmente no dique da cava B, existindo necessidade de ações corretivas. As avaliações das áreas patrimoniais e técnica da EMAE, e manifestações da Defesa Civil Municipal, IPT, CETESB, que inspecionaram as áreas, e a Promotória do Meio Ambiente, que registraram suas posições por meio de laudos ou outras manifestações, convergem em apontar que o local apresenta um risco potencial elevado de acidentes, seja por escorregamento ou pela presença de gás (incêndio ou explosão).

A EMAE ajuizou duas ações de reintegração de posse, inicialmente para a cava "C" (ano de 2012), posteriormente para as cavas "A" e "B" (ano de 2015).

Os processos, na 4ª Vara Civil do Fórum da Lapa, encontram-se juntados de manifestações técnicas de órgãos de reconhecimento saber, entre outros, IPT e CETESB, associados a posicionamentos da Defesa Civil Municipal e Procuradoria Estadual de Meio Ambiente.

Devido ao risco iminente de acidentes, a Defesa Civil do Município de São Paulo promoveu no dia 20 de fevereiro de 2019, uma ação de remoção das pessoas do local. Dessa forma, as cavas A e B foram desocupadas, cabendo à EMAE o desfazimento dos 129 barracos e o transporte de pessoas e bens.

Na sequência a Empresa iniciou a remoção e destinação dos resíduos resultante da ação, fechamento da área com o início da construção e alteamento de muro para proteção do imóvel e, também, a execução das correções necessárias dos aterros de contenção.

A EMAE está atuando, intensamente, junto às autoridades do Município de São Paulo para a promoção da desocupação da cava C.

**Gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)**

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, em conexão com seu Estatuto Social, Contrato de Concessão e Legislação vigentes, a EMAE realiza, na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens.

**Operação e Manutenção de Balsas - Reservatório Billings**

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório, opera e mantém, gratuitamente, travessias, por meio de balsas, em três pontos do reservatório Billings, transportando grande número de pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de precisar os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

**26. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

**a) Contrato de concessão**

A Companhia celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

**b) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição**

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden .....	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden .....	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Góes .....	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão .....	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A .....	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

**c) Contrato de operação e manutenção**

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com a sua controlada, vigente até 2019 e atualizado anualmente pelo IPC - FIPE.

**d) Contrato de financiamento**

A Pirapora Energia S.A - subsidiária integral da Companhia possui contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14).

**27. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA**

Durante o exercício de 2018, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

Controladora				
	31.12.17	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.18
Arrendamento UTP .....	(431.379)	87.605	(70.239)	(414.013)
Ativo financeiro indenizável .....	(54.006)	(14.541)	(7.229)	(75.776)
Investimentos .....	(92.718)	14.356	(15.995)	(94.357)
Imobilizado .....	(19.052)	(1.046)	(50.397)	(70.495)
Intangível .....	(2.567)	(870)	975	(2.462)
			6.957	79.743
Consolidado				
	31.12.17	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.18
Arrendamento UTP .....	(431.379)	87.605	(70.239)	(414.013)
Ativo financeiro indenizável .....	(54.006)	(14.541)	(7.229)	(75.776)
Imobilizado .....	(174.876)	(1.705)	(46.406)	(222.987)
Intangível .....	(2.567)	(870)	975	(2.462)
Financiamentos .....	85.972	(13.186)	6.957	79.743

**DIRETORIA**

**RONALDO SOUZA CARMAGO**  
PRESIDENTE  
**LUIGI CAMILO AMADEU LAZZURI NETO**  
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

**MARCIO REA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO  
**ITAMAR RODRIGUES**  
DIRETOR DE GERAÇÃO

**SERGIO PINFILI**  
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTROLADORIA E TARIFAS  
**FÁBIO TONETTO**  
COORDENADOR DE CONTABILIDADE, CUSTOS E FISCAL  
CONTADOR - CRC 1SP264253/O-4

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**RONALDO SOUZA CAMARGO**  
CARLOS ANTONIO LUQUE  
PAULO FERREIRA

**PRESIDENTE**  
LUIZ CARLOS LUSTRE  
**CONSELHEIROS**  
ZEVI KANN  
NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI  
RONALDO GARCIA BARBOZA  
RITA JOYANOVIC

**GUY ALMEIDA ANDRADE**  
JAIRO KLEPACZ  
RICARDO VASSÃO DOS SANTOS

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente e seu funcionamento, composição e atribuições são regidos pelo disposto no estatuto social da EMAE e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 5 de dezembro de 2018.

O Comitê de Auditoria da EMAE é formado por três membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo. Os senhores Guy Almeida Andrade e Benedito Alfredo Baddini Blanc, possuem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os senhores Jairo Klepacz e Guy Almeida Andrade, são, também, membros do Conselho de Administração da EMAE.

Como membro do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê relata, trimestralmente, as atividades do Comitê ao Conselho. Os fatos relevantes ou extraordinários são levados ao Conselho, sempre que aplicáveis.

O Comitê de Auditoria da EMAE foi instalado em 12 de setembro de 2018 e atende aos requisitos da legislação pertinente, sendo este seu primeiro exercício de atuação.

Entre suas atribuições, compete ao Comitê supervisionar, principalmente: (a) os processos de controles internos e de preparação das demonstrações financeiras; (b) as atividades da auditoria interna; e (c) as atividades do auditor independente.

O Comitê realizou, durante 2018, três reuniões para cumprir o seu papel, estendendo-se para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2019 para cumprir a conclusão sobre as demonstrações financeiras de 2018.

**Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** A auditoria interna da EMAE possui dois funcionários e todo seu trabalho é normalmente realizado por meio de equipe de auditoria terceirizada. Somente uns poucos trabalhos de auditoria interna propriamente dita são realizados por essa equipe.

Em 2018, o Comitê identificou a existência de recomendações de Planos de Ação, decorrentes de apontamentos da Auditoria Interna, não atendidas pela administração. Uma análise das recomendações que envolvem riscos elevados, deu conta de problemas de acesso, segregação de funções, falta da rotina "feito/conferido", inexistência de políticas definidas, cessão indevida de acessos para subordinados entre outros.

O Comitê efetuou a avaliação formal da auditoria interna, observando sua inadequação à cobertura dos riscos da EMAE e recomenda ao Conselho de Administração a revisão da prática atual, melhorando o departamento, complementando seu quadro de pessoal com profissionais experientes, de maneira a permitir que a auditoria interna cumpra seu papel.

**Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa:** A KPMG Auditores Independentes S.S. (KPMG) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018, pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão, bem como é responsável pelas revisões limitadas das informações trimestrais (ITRs) enviadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Comitê manteve reuniões com os auditores externos para discussão dos resultados da auditoria e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade e objetividade dos trabalhos realizados.

No presente exercício discutiram-se os impactos que alterações nas normas contábeis podem causar nas demonstrações financeiras da EMAE e, quando necessário, uma divulgação adequada foi incluída nas notas explicativas.

Nenhuma preocupação especial foi revelada pela Auditoria Externa com relação à situação da EMAE.

No presente exercício foi formulada política para contratação dos auditores independentes para a execução de outros serviços que não os de auditoria das demonstrações financeiras. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 5 de dezembro de 2018.

Ao longo de 2018, a KPMG não foi contratada para prestar outros serviços à EMAE, além dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras.

O Comitê efetuou a avaliação formal dos auditores externos e concluiu que os mesmos mantiveram sua independência e objetividade ao longo de 2018. Em razão do rodízio obrigatório de auditores, a KPMG não poderá continuar auditando as demonstrações financeiras da EMAE e novo processo licitatório já está organizado.

**Acompanhamento das demonstrações financeiras trimestrais e anuais:** O gerente do Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria, o resultado financeiro da EMAE e as suas variações. Também trimestralmente, o Comitê se reúne com os auditores externos, que apresentam suas conclusões sobre as demonstrações financeiras de cada trimestre, fazendo as observações que julgam pertinentes. Nessas ocasiões, o Comitê também se reúne a sós com os auditores, e faz os questionamentos que julga necessários.

Os principais itens apresentados pela auditoria externa foram:

- Planejamento anual e principais riscos identificados;
- Demonstrações financeiras, notas explicativas e principais variações.
- Principais assuntos do período auditado, incluindo suas eventuais preocupações;
- Status dos principais trabalhos de auditoria;
- Confirmação de sua independência em relação à Emae.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do Exercício, Relatório dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações de Resultados Abranchentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, complementados por Notas Explicativas.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação pelo Conselho de

Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2019

Fabio Bernacchi Maia  
Marco Antonio Castello Branco

Fernanda Montenegro M. Rizek  
Pedro Henrique G. Guerra

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Ativo reversível de concessão**

Conforme descrito na nota explicativa nº1 os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão o montante de R\$ 195.374 mil (R\$ 273.218 mil em 2017), referente aos investimentos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) em virtude da renovação da concessão ocorrida em 4 de dezembro de 2012, os quais foram mensurados pela Companhia, com base no valor residual naquela data. O referido montante ainda está em

processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do "Valor Novo de Reposição - VNR" pela ANEEL. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Valor recuperável ("impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas nº 3.13 e nº 13 às demonstrações financeiras) - Demonstrações individuais e consolidadas**

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 apresentam na rubrica de imobilizado os montantes de R\$ 70.495 mil e R\$ 222.987 mil, respectivamente, dos quais, o montante de R\$ 59.667 mil refere-se à unidade geradora de caixa ("UGC") UHE Edgard de Souza. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dessa UGC, com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita, custos, investimentos (capex) e capital de giro poderia ter na mensuração desse ativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação da razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita, custos, investimentos (capex) e capital de giro usadas pela Companhia, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas. Além disso, realizamos discussões com a administração e observamos comunicação efetuada entre a Companhia e o órgão regulador (ANEEL). Avaliamos também as divulgações relacionadas ao assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas informações obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.**

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta  
http://www.emae.com.br



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Valorização das obrigações relacionadas a GAG Melhorias (Consulte as notas explicativas nº 3.15 “b” e nº 18 às demonstrações financeiras) - Demonstrações individuais e consolidadas**

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, apresentam na rubrica de outras obrigações - GAG Melhorias os montantes de R\$ 34.503 mil e R\$ 35.126 mil, no passivo circulante e não circulante, respectivamente. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos das geradoras que operam sob o regime de cotas, até o final da concessão, devem ser provisionados com base em estimativa dos investimentos necessários. A avaliação da estimativa dos investimentos futuros necessários envolve complexidade e julgamento sobre os valores previstos e prazo de investimento por parte da Companhia que pode impactar no valor da provisão reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da estimativa de investimentos necessários para manter a infraestrutura em um nível específico de operacionalidade.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a indagação do processo da Companhia para captura das informações necessárias para estimar os investimentos futuros, incluindo a segregação entre passivo circulante e não circulante. Realizamos o confronto com os registros auxiliares com base no plano de investimentos futuros elaborado pela administração, atentando para os valores e prazos previstos para o investimento e suas devidas aprovações pelos órgãos diretivos. Avaliamos também as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos da rubrica outras obrigações - GAG Melhorias, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2019



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP014428/O-6

**Rosane Palharim**  
Contadora CRC 1SP220280/O-9